

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA

**“ONDE QUERES UM LAR, REVOLUÇÃO”**: biopoder, vida nua e modos de subjetivação  
em uma arqueogenealogia das pessoas em situação de rua

Juazeiro do Norte  
2019

ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA

**“ONDE QUERES UM LAR, REVOLUÇÃO”**: biopoder, vida nua e modos de subjetivação  
em uma arqueogenealogia das pessoas em situação de rua

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Graduação em  
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão  
Sampaio, como requisito para a obtenção do  
grau de bacharelado em Psicologia.  
Orientador: Me. Francisco Francinete Leite  
Júnior

Juazeiro do Norte  
2019

**“ONDE QUERES UM LAR, REVOLUÇÃO”**: biopoder, vida nua e modos de subjetivação em uma arqueogenealogia das pessoas em situação de rua

Isaura Caroline Abrantes Silva<sup>1</sup>  
Francisco Francinete Leite Júnior<sup>2</sup>  
Lorrana Caliope Castelo Branco Mourão<sup>3</sup>

## RESUMO

O neoliberalismo atua como governamentalidade através de dispositivos de poder e discursos referentes à primazia dos interesses individuais, acirramento da competição no mercado de trabalho e a mercantilização da existência. Destarte, acentuando as mazelas sociais, corrobora-se para a exclusão social e o aumento da população em situação de rua. Assim, atrela-se isso ao biopoder neoliberal que exerce a constituição de corpos dóceis, úteis e submissos à produção capitalista. Aos que desviam dessa normatividade, como as pessoas em situação de rua, interpõem-se sua consideração enquanto vida nua, matável, descartável e destituída de direitos humanos. Por conseguinte, o objetivo da pesquisa é problematizar como se configuram as estratégias de biopoder aplicadas às pessoas em situação de rua. Diante disso, no que concerne aos aspectos metodológicos, recorre-se a abordagem qualitativa em um caráter descritivo-exploratório, utilizando-se da arqueogenealogia foucaultiana para a compreensão sócio-histórica descontínua das relações de saber-poder perpassadas pela população em situação de rua. O lócus da pesquisa foi o Centro Especializado para Atendimento a Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), situado em Juazeiro do Norte. Para coletar os dados, foram realizados diários de campo e entrevistas narrativas, definindo a unidade de análise por conveniência e indicação, recorrendo ao critério de saturação teórica para o fechamento amostral. A análise dos dados coletados foi realizada através da análise do discurso foucaultiana. Apresentaram-se enquanto resultados três aspectos: a) os diários de campo propiciaram uma análise de implicação/imersão com a realidade cotidiana das pessoas em situação de rua e as estratégias de governamentalidade atuantes; b) a relação entre Centro Pop e usuários é configurada pelo exercício de poder e por modos de resistência; c) as narrativas apresentaram enquanto dispositivos de saber-poder a família, o trabalho e a religião, bem como experiências de violência e formas de enfrentamento social através da construção de novos modos de subjetivação. Logo, apesar das linhas de forças do biopoder sobre a vida nua, as pessoas em situação de rua apresentam fraturas, rupturas, linhas de fuga, fissuras, configurando modos de subjetivação desviantes e revolucionários, pois transitam entre poder-resistência e denunciam as contradições existentes em sociedade.

**Palavras-chave:** Biopoder. Vida nua. Modos de subjetivação. Arqueogenealogia. Pessoas em situação de rua.

## ABSTRACT

Neoliberalism acts as governmentality through mechanisms of power and discourses concerning the primacy of individual interests, the intensification of competition in the labor market and the commodification of existence. Thus, accentuating the social ills, corroborates for social exclusion and the increase of the population in street situation. Thus, unlike the neoliberal biopower that exerts a constitution of useful bodies, useful and submissive to the

<sup>1</sup>Discente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: isauracaroline@hotmail.com.

<sup>2</sup>Docente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br.

<sup>3</sup>Doutoranda em Psicologia pela UFC e em Artes e Arqueologia pela VUB. Email: lorrana.mourao@vub.ac.be.

capitalist production. Those who deviate from this normativity, such as the people on the street, are questioned as a bare, killable, disposable and devoid of human rights. Therefore, the objective of the research is to problematize how the biopower strategies applied to street people are configured. In this regard, as far as the methodological aspects are concerned, the qualitative approach is used in a descriptive-exploratory character, using Foucaultian archeogynology for the discontinuous socio-historical understanding of the knowledge-power relations pervaded by the street population. The locus of the research was the Specialized Center for Assistance to People in Street Situation (Pop Center), situated in Juazeiro do Norte. To collect the data, field diaries and narrative interviews were carried out, defining the unit of analysis for convenience and indication, using the theoretical saturation criterion for the sample closure. The analysis of the collected data was performed through the analysis of the Foucaultian discourse. Three aspects were presented as results: a) the field diaries provided an analysis of implication / immersion with the daily reality of the people in the street situation and the strategies of governmentality acting; b) the relationship between Pop Center and users is shaped by the exercise of power and modes of resistance; c) the narratives presented as familiar-power devices family, work and religion, as well as experiences of violence and forms of social confrontation through the construction of new modes of subjectivation. Thus, in spite of the power lines of biopower over bare life, the people in the street situation present fractures, ruptures, escape lines, fissures, confusing deviant and revolutionary modes of subjectivation, as they transit between power-resistance and denounce existing contradictions in society.

**Keywords:** Biopower. Bare life. Modes of subjectivation. Archeogynology. People in street situation.

## 1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é um modelo socioeconômico formado pelo conjunto de dispositivos, práticas e discursos que norteiam e governam os homens conforme o princípio universal da concorrência. Para além de uma ideologia ou política econômica, o neoliberalismo é uma racionalidade, uma governamentalidade, atuando sobre a organização dos governantes e na conduta dos governados. A dinâmica competitiva impera, nesse contexto, como padrão de conduta a ser adotado e a empresa como um modelo para a subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse ínterim, atuando em prol da consolidação dessa sociedade concorrencial, o biopoder se expressa na vigilância e controle, dirigida principalmente aos desviantes e marginais às normas sociais, assegurando o “governo dos homens”, uma prática de direcionamentos dos indivíduos em suas travessias. As populações são classificadas, otimizadas, mensuradas e geridas por procedimentos de gestão pública. Isso é feito através de dispositivos de saber-poder (FOUCAULT, 2008b).

Por conseguinte, consonante ao debruçamento da ciência psicológica sobre essa problemática, Araújo e Tavares (2015) destacam que as pessoas em situação de rua perpassam um processo de exclusão social subsidiado pelo sistema capitalista e composto pela

construção de identidades estigmatizadas e marginalizadas. Dessa maneira, vislumbrando-se o conceito de vida nua, desenvolvido por Agamben (2002) para designar vidas indesejáveis, vidas matáveis e destituídas de direitos políticos, alvo de tecnologias biopolíticas de docilização e controle.

Assim, faz-se de fundamental importância essa pesquisa para a Psicologia, uma vez que nesse fenômeno sócio-histórico, instauram-se práticas de sujeição e processos de subjetivação imbricados com uma arqueogenealogia, constituídos por relações de saber-poder. Destarte, buscando compreender a relação entre políticas públicas e pessoas em situação de rua à luz da epistemologia foucaultiana significa conforme Souza (2017), fornecer um olhar atento para o lugar do marginal, do desvio, da diferença e da estranheza, problematizando linhas de força de uma realidade, em um exercício de desconstrução e descontinuidade. Com isso, salienta-se a importância da produção de conhecimento pela ótica foucaultiana, tendo como intuito desterritorializar e desfamiliarizar a realidade.

Nesse sentido, objetiva-se responder a pergunta de partida “como se configuram as estratégias de biopoder aplicadas às pessoas em situação de rua e as implicações para os seus modos de subjetivação?”. A pesquisa é embasada nas teorizações foucaultianas sobre biopoder e vislumbram as políticas públicas, a família, a religião e a incitação ao trabalho como dispositivos de saber-poder, bem como nas discussões acerca dos efeitos do neoliberalismo na emergência de modos de subjetivação e para a intensificação do processo de exclusão social.

Portanto, diante da problemática elucidada, ressalta-se a importância social de refletir sobre as históricas estratégias de controle pautadas na higienização social e invisibilidade desses sujeitos, que perpassam experiências cotidianas de violência e aviltamento da dignidade humana. Debruçando-se sobre as artimanhas do sistema socioeconômico neoliberal, que atuam sobre a exclusão social dos sujeitos que não estão inseridos nos padrões de serventia e produção de capital, tal como a população em situação de rua.

Destaca-se a relevância acadêmica, ao suscitar que as tecnologias biopolíticas contemporâneas, de assujeitamento e esquadramento dos corpos produzem diversos modos de subjetivação. Além disso, sublinha-se a relevância pessoal, referindo-se ao compromisso ético-político com a produção de saberes em consonância a uma reflexão crítica diante das relações de poder, das desigualdades sociais e das resistências micropolíticas. Ressalta-se que conforme Oskala (2011), a metodologia arqueogenealógica de pesquisa favorece a história do presente e a desnaturalização, repensando o lugar do sujeito constituído por uma rede de

práticas sociais que incorporam relações de poder e exclusão, mas que envolvem lutas políticas e contestação.

Dessa maneira, explica-se que o interesse por pesquisar sobre a população em situação de rua surge das discussões realizadas na disciplina de Políticas Públicas. Enquanto isso, o interesse pela teoria foucaultiana é potencializado no Projeto de Iniciação Científica intitulado: “Corpo, gênero e sexualidade: cartografando modos de vida LGBT no cariri cearense”. Assim, construindo pesquisas científicas conduzidas pela epistemologia foucaultiana, tendo por temas: neoliberalismo, trabalho, fascismo, pessoas em situação de rua, educação e relações entre corpo, gênero e sexualidade.

Diante desse contexto, salienta-se enquanto objetivo geral problematizar as estratégias de biopoder aplicadas às pessoas em situação de rua. A partir disso, propõe tais objetivos específicos: a) analisar de que forma as estratégias de “biopoder” e “vida nua” se apresentam para as pessoas em situação de rua; b) explicar a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua (PNPSR); c) investigar uma arqueogenealogia das estratégias biopolíticas no Centro de Referência Especializado para as Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) e como se expressam os modos de subjetivação nas relações de saber-poder e resistência.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O BIOPODER E A GOVERNAMENTALIDADE DOS SUJEITOS-MERCADORIA: *HOMOS ECONOMICUS* E MERCANTILIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA**

Conforme Dardot e Laval (2016), meritocracia-culpabilização-individualismo formam a tríade da nova razão-mundo, exigindo ao sujeito neoliberal a superação contínua de seus esforços. A meritocracia se refere a um modelo de premiação hierárquico as pessoas e apresentam mais dedicação, mais méritos. Apenas os esforços individuais são balizadores para definir sua riqueza ou pobreza socioeconômica, incidindo sobre uma culpa dirigida àqueles que não logram êxito em suas metas. O homem empresarial representa a produção da subjetividade no neoliberalismo, tendo a sociedade como mercado e os sujeitos como empresas. Intercala-se esse processo contemporâneo as considerações de Foucault (2008a), quando destaca que são consolidadas relações de poder estabelecidas por mecanismos sutis de coerção, disciplinamento e controle.

Dessa forma, as interconexões globais socioeconômicas que universalizam o neoliberalismo como modelo civilizatório e de produção propiciam efeitos na subjetivação,

uma vez que atuam na acentuação das desigualdades sociais, insegurança no âmbito do trabalho e da vida, e na flexibilização dos direitos sociais. A globalização reforça a homogeneização da subjetividade e a pulverização das identidades, reforçando a flexibilidade e desestabilização para atender as demandas de produção neoliberal, interpondo à despersonalização e o sentimento de fracasso (MANCEBO, 2009).

Todavia, ressalta-se que o exercício de poder situado por Foucault (2014a) ocorre intrinsecamente aos processos de resistência. Para além de um caráter estável, coercitivo e proibitivo, o poder é produtor de modos de subjetivação, efeitos de verdades e agonísticas. Desse modo, o poder não é meramente opressor ou algo que possa ser adquirido e tomado, mas exercido na interação de relações móveis e não igualitárias em ações complexas sobre as condutas dos outros, são táticas, manobras e estratégias em batalhas perpétuas na teia de relações. Indissociável a liberdade, o poder implica condições históricas, agenciamentos que entrecruzam práticas, saberes e instituições.

Primeiramente, Foucault (2014b) discute sobre o poder soberano, tendo como representado pela figura do rei, que toma decisões sobre a morte dos súditos e subordinados, materializando-se na violência, no espetáculo do sofrimento e na ostentação dos suplícios. No século XVII, dado o desenvolvimento industrial do capitalismo, há o surgimento do poder disciplinar, responsável pela fabricação de corpos e extração da potencialidade produtiva e da autonomia política. Através de tecnologias de controle e táticas para o bom adestramento são estabelecidas condutas e tecidas padronizações.

Posteriormente a isso, Foucault (2014b) se atenta ao biopoder, uma arte de governo sobre os corpos, surgindo no final do século XVIII e apresentando duas facetas: a anatomo-política do corpo humano e a biopolítica das populações. Se o poder soberano fazia morrer e deixava viver, o biopoder faz viver e deixa morrer as formas de vida que menos interessam, improdutivas ao sistema socioeconômico neoliberal. Enquanto os corpos eram propriedade do rei, no biopoder os corpos são objeto de apropriação mercadológica utilitária.

A biopolítica para Foucault (2008b) é caracterizada pelo conjunto de mecanismos pelos quais características biológicas fundamentais da humanidade são atravessadas por estratégias políticas, ocupando-se da gestão da saúde, segurança, alimentação, sexualidade, natalidade e mortalidade. A análise desses mecanismos de poder está aliada a transformações histórico-econômicas e a efeitos de saber que produzem choques e combates nas táticas de poder.

A anatomo-política conforme Foucault (2014b) está alinhada aos mecanismos de poder disciplinar e as instituições, utilizando-se de regras, normas e regimes de verdade para

indicar condutas individuais. Fabricam-se subjetividades manipuláveis e corpos dóceis aos dispositivos de saber-poder, tais como igrejas, escolas, prisões e instituições psiquiátricas. Nesse seguimento, as disciplinas operam como técnicas de controle minuciosas sobre os corpos para a sujeição no tocante docilidade-utilidade. Diferentemente da punição aplicada através da violência, das restrições e da ostentação dos suplícios, opera-se na internalização de um olhar discreto, sofisticado e vigilante.

Desse modo, visto que a conduta do indivíduo é observada, é avaliada em cada detalhe, medindo-se níveis, comparando e classificando desempenhos. Torna-se possível punir cada caso que desvia da norma, como se a visibilidade fosse uma armadilha, assegura-se o controle do poder sobre os sujeitos que são corrigidos ou excluídos, revelando a anatomia do poder moderno. Outrossim, uma subalternização do corpo aos imperativos sociais, a subjetivação opera na introjeção das normativas, modificando o comportamento em constantes tentativas para alcance da normalização. À vista disso, as instituições visam punir e corrigir, conglomerando práticas antropológicas e jurídicas (FOUCAULT, 2014b).

Já o nascimento da biopolítica conforme Foucault (2008a) assinala novas estratégias de poder utilizadas no tecido social, investidas sobre o gerenciamento da população. A biopolítica está alinhada a uma gestão de forças estatais e a uma tecnologia de governo, atuando sobre múltiplas cabeças, na regulamentação da vida e da morte conforme discursos de verdade e estratégias políticas. Atrela-se biopolítica a noção de *homo economicus*, ou seja, ao gerenciamento de si visando à produção de capital, ao empresariamento da vida e à mercantilização da existência para atender os padrões socioeconômicos vigentes.

O corpo é governado por políticos, médicos, pastores e assegurado pela polícia. Com isso, Branco (2015, p. 19) enfatiza a ação política sobre os corpos:

Vida biopolítica é útil, dócil, segura, repleta de pastores laicos, religiosos e científicos, produzindo tentativas racionais de prolongamento da vida do corpo, articulada aos governos do espírito, da alma, da subjetividade, seus constantes sepultamentos, suas reiteradas ideologias, utopias da eternidade da condição do sujeito como homem. Vida biopolítica como permanência prolongada em nome de todos, em função da raça, da espécie, do incessante trabalho, revestida de direitos em guerras constantes, idealizações de paz e forma política da luta pela vida. Vida biopolítica do direito de selecionar quem vive e quem deve morrer, das interceptações, das guerras justas, indústrias e comércios, mas também da revolta das revoluções. Vida sanguinolenta que constituiu um planeta em degradação.

Nesse sentido, no que se refere à historicização do biopoder vinculado a pessoas em situação de rua, a teoria foucaultiana aponta para formas sutis de manifestação de poder interligadas ao capitalismo, sendo a vadiagem e a preguiça severamente combatidas. Foucault (2014b, p. 120) acentua em documentos encontrados nos Estados de Flandres em 1.771:

“quem quer viver tem que trabalhar [...] um mendigo assim mandado dum lugar para o outro terminará sendo enforcado, enquanto que se houvesse sido acostumado ao trabalho não chegaria a esse mau caminho”. Dessa maneira, refere-se à relação entre mendicância e criminalidade, bem como a uma pedagogia do trabalho que acentua na participação do sujeito em atividades laborais de forma coercitiva. Ao passo que o homem não encontre possibilidades de inserção em tais atividades, deve se entregar à polícia ou a disciplina do próprio corpo, raiz da conceituação de *homos economicus*.

O homem liberal se reconhece enquanto *homos economicus*, moldado pela produtividade e regido pela livre iniciativa. A pedra angular do neoliberalismo é a empresa, a construção de uma sociedade empresarial calculadora de custos e benefícios. Dessa forma, no neoliberalismo, há o protagonismo do homem empresarial. O homem econômico, estudante da economia, é incisivamente governável, uma vez que inscreve seus comportamentos e ações em curvas estatísticas (CASTRO, 2009).

A ideia de meritocracia é administrada em um mercado concorrencial, resultado da transferência da responsabilidade estatal para o agente econômico individual, uma manobra política que retroalimenta as desigualdades sociais. O sujeito é culpado pelo sucesso ou fracasso, visto como gestor da sua vida de acordo com um imperativo concorrencial. Esse processo é denominado como mercantilização da existência, uma vez que nas sociedades capitalistas os sujeitos carregam em seus corpos um “x” capital humano e devem multiplicar tal valor. Aliado ao conceito de *homo economicus*, a empresa é um denominador comum da subjetividade apontando para um ideal de normatividade, a saber, o empreendedor, aquele que em quaisquer condições aumenta sua eficiência e produção, fazendo de si uma empresa, do seu corpo um empreendimento (DARDOT; LAVAL, 2016).

Desse modo, em concordância com Foucault (2008b), a biopolítica está interligada a governamentalidade. Esse termo é cunhado para designar o desenvolvimento de uma racionalidade política e uma tecnologia de poder implementada pelo Estado moderno. Ao invés de buscar o controle do território e de seus habitantes, o foco é o governo da população, sendo necessárias formas de conhecimento específicas. Assim, a governamentalidade é exercida por instituições administrativas, táticas e estratégias de poder individualizante (poder pastoral), objetivando governar a conduta individual de maneira contínua, assegurando, sustentando e aperfeiçoando a vida de cada um dos indivíduos.

Por conseguinte, a biopolítica se revela como protetor da vida, desempenhando o controle regulatório do nascimento, da mortalidade e da reprodução, uma eficaz forma de controle sociopolítico. O homem alcança uma existência política e a vida biológica é

convertida em objeto do governo, a governamentalidade realiza a gestão política da vida (bipolítica). A governamentalidade interfere na relação consigo mesmo, práticas que constituem, definem, organizam e instrumentalizam os indivíduos nas relações com os outros (OSKALA, 2011; REVEL, 2002).

O governo para a teoria foucaultiana se refere à inscrição sobre o comportamento dos sujeitos e a gestão de condutas individuais ou coletivas, induzindo, desviando, facilitando ou limitando ações. Posto isso, a governamentalidade indica formas de governar, configuradas através de um conjunto de táticas, cálculos e dispositivos institucionais que apresentam como finalidade principal governar a população, através de saberes econômicos e políticos, utiliza-se dos dispositivos de segurança como instrumento técnica essencial. Denomina-se governamentalidade ao encontro entre técnicas de dominação, disciplina e soberania com as técnicas de si. Enfatiza-se a importância da compreensão das relações entre o governo dos outros e o governo de si como marco da governamentalidade, uma vez que demarca a presença da resistência (CASTRO, 2009).

Em complementariedade a isso, Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) salientam que o desejo é apropriado pela lógica capitalista e os sujeitos são objetificados, considerados sujeitos-mercadoria. As relações sociais são substituídas pelas relações de consumo. Ao ser demandados a produção pelo Outro capitalista, abdicam de seus excitamentos e autonomias criativas, mas elegem como forma de resistência a banalização das demandas sociais, criando uma relação de dependência com restos de objeto de consumo como as situações de drogadição, subvertendo as identidades sociais estabelecidas.

Nesse ínterim, para Foucault (2014b), o corpo está associado às relações de poder e a um campo político, entre marcas e suplícios, concebidos como objetos de saber. O corpo é treinado e torna-se útil se consegue alcançar a produtividade e a submissão, as tecnologias políticas do corpo impõem maneiras de agir em uma microfísica do poder pressuposta por aparelhos institucionais. Desse modo, Paugam (2001) sublinha que as pessoas que não alcançam os moldes capitalistas se vinculam a precarização, a desfiliação e a exclusão social, aproximando-se do abandono, fruto da drogadição, subalternidade, estigmatização, marginalização e isolamento, fenômenos enfrentados pelas pessoas em situação de rua.

À vista disso, lançam-se questionamentos sobre uma ontologia crítica do presente, refletindo sobre quais os limites do trabalho, do desejo e do sujeito no neoliberalismo. Diante da ordem histórico-material contemporânea, quem somos nós e o que podemos ser? O nascimento da biopolítica demarca um dispositivo de governo substancial para a subjetividade. A análise do neoliberalismo à luz da teoria foucaultiana compreende uma

racionalidade de poder econômico que envolve discursos que buscam delimitar e definir valores adotados pela conjuntura social, favorecendo a lucratividade, a exploração dos corpos e a aniquilação dos desviantes do jogo social (GIMBO, 2017).

## 2.2 VIDA NUA E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: MENDINCÂNCIA, NEOLIBERALISMO E HETEROTOPIA

O conceito de “*homo sacer*” disposto pela teoria agambeniana se refere a todos aqueles matáveis e insacrificáveis, corpo que qualquer um pode matar sem cometer homicídio, representando a figura da vida nua. Assim, a vida nua aponta para sujeitos radicalmente privados de identidades representáveis, não reivindicando qualquer pertença ao Estado, perdendo os direitos humanos inalienáveis. Os mecanismos de exclusão desenvolvidos desde a burguesia interferem diretamente sobre os corpos, tornando os indivíduos vidas nuas, interessa-se pelas pessoas economicamente lucrativa e politicamente úteis ao sistema socioeconômico. O exercício de poder sobre a vida nua está eminentemente a uma tecnologia de poder que faz viver e deixa morrer: a biopolítica (ALMEIDA, 2016).

Para Agamben (2002), a vida nua designa a vida invivível, indesejável, em uma zona cinzenta de indiferença, o indivíduo é reduzido a um corpo matável, em um estado de exceção destituído de ordenamentos jurídicos de proteção. O conceito de “*homo sacer*” advém da descrição grega que diferencia “*zôe*”, vida biológica e comum aos seres vivos e “*biós*”, modo político de viver específico de cada sujeito ou grupo. O “*homo sacer*” é puramente “*zoé*”, exposto a ameaças de morte incessantes, tendo sua existência reduzida a uma vida nua, destituído de quaisquer direitos. Em referência a essa distinção, o autor explica que a vida biológica e a vida politicamente qualificada se entrecruzam na modernidade, processo no qual a vida natural é adotada pelos cálculos de poder estatal, transformando política em biopolítica.

Nesse sentido, em concordância com Araújo e Tavares (2015), na máxima da reprodução do capital, há o império de interesses individuais e econômicos, prevalece-se o acúmulo de bens e o “eu” em detrimento do “nós”. A marginalização está presente na dinâmica e na coesão da sociedade, apresentando uma constituição dicotômica formada pela retroalimentação das mazelas sociais (inclusão) e subjugando identidades, produzindo estigmas, desfiliação e desumanização (exclusão).

O governo liberal surge no século XVIII com a ascensão da burguesia e o declínio do período medieval, transformando-se no século XX. Enquanto o liberalismo é associado ao capitalismo industrial, o neoliberalismo está interligado ao capitalismo financeiro. Posto isso,

culminando na gestão de liberdades individuais a partir da configuração de um quadro normativo globalizante responsável pela administração integral da existência humana. Ao passo que o liberalismo clássico estabelecia espaços de liberdade econômica, a fórmula neoliberal faz com que o mercado se torne a instância constituinte do Estado, deslocando-se de uma ênfase na troca para um sistema concorrencial (GIMBO, 2017).

Condizente a isso, Foucault (2008a), explica que o sistema concorrencial tem por função ser uma ideia reguladora. A concorrência é posta como um objetivo histórico dessa nova arte de governar, em uma paradoxal e ilusória promessa de liberdade e autonomia total, em um jogo de desigualdades sociais que impulsiona a inovação e o empreendedorismo, marca da biopolítica neoliberal aliada a governamentalidade. Na análise foucaultiana, há uma tríade que define a passagem do liberalismo tradicional para o neoliberalismo: a ênfase no mercado, o princípio da concorrência e a multiplicação de um modelo empresarial.

Consonante a isso, salienta-se que apesar do acelerado desenvolvimento tecnológico desde a década de 90, a globalização é assolada pela pobreza, fruto do descaso das organizações sociais e institucionais que marginalizam a satisfação das necessidades básicas de classes vulnerabilizadas. Enquanto sistema socioeconômico, o capitalismo é controlado por corporações que constroem uma ordem global econômica e política, enfatizando a importância da propriedade privada, a maximização dos lucros, a meritocracia e a acumulação de capital. Propagandas publicitárias atrelam a aquisição de um objeto e/ou o *status quo* de comerciante a salvação da pobreza pela via da criatividade e inovação (SLOAN, 2011).

Em razão disso, segundo Osório (2011), através da avaliação da palavra dos excluídos se faz possível repensar o papel dos psicólogos latino-americanos em um arranjo político que inclui excluindo, em que o poder tenta se apropriar dos modos de resistência. No desenvolvimento do novo molde capitalista, o neoliberalismo representa a mundialização mercantil, visualizando o ser humano pelo seu lugar no mercado de trabalho. No âmbito empregatício, reforça-se a ideologia referente a criar sujeitos capazes de gerir seus próprios negócios, convertendo-se em empresários de si mesmo, sendo essa a mais aclamada opção para o ganho de prestígio social.

As fileiras da miséria, da exclusão e da resistência apresentadas por Osório (2011), são ocupadas pelas pessoas em situação de rua. Nesse contexto, sendo importante que o(a) psicólogo(a) problematize a construção do sujeito neoliberal, uma vez que se assiste a consolidação de um projeto em que homens e mulheres são bilheterias vivas, usando como bússola um computador responsável por calcular a maximização dos lucros à custa de sangue

e suor, cobrança e trabalho, violência e sofrimento. Dessa forma, no que se refere à incitação neoliberal de uma liberdade meritocrática para a criação de empreendedores, afirma-se:

A nova razão governamental precisa de liberdade; por isso, a nova arte de governo consome a liberdade. Ela deve produzi-la, organizá-la. A nova arte de governo, logo, aparece como um gerente da liberdade, não no sentido de um imperativo: “seja livre”, com a imediata contradição que esse imperativo pode conter. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. A arte de governo formada a partir do século XVIII vincula em seu núcleo uma relação de produção/destruição com a liberdade. Liberalismo deve produzir liberdade, mas este ato se dá com o estabelecimento de limites, controles, formas de coerção (FOUCAULT, 2008a, p.86-87).

Por consequência, faz-se fundamental refletir sobre as relações de saber-poder apontadas pela história da mendicância e da pobreza, produzindo exclusão social a partir da relação do sujeito com universos estigmatizados, constituindo-se como produto de uma teia dialética socialmente construída. Nessa perspectiva, a partir de Nogueira (2008), a imagem da pessoa em situação de rua está embasada em valores morais, inaptos ao convívio social, endossando práticas discriminatórias dirigidas a esse segmento social.

Nesse seguimento, no período medieval, a pobreza está interligada a submissão diante de infortúnios, em situações de debilidade e humilhação dadas a privação de relações, dinheiro e/ou capacidade física ou intelectual. Para o cristianismo e a nobreza medieval, a miséria era condenada, vista como prova da ira de Deus e como falta das graças divinas, com exceção de quando o indivíduo doava todos os seus bens em prol da caridade. A partir do processo de industrialização e com o advento do capitalismo, surge uma ampla gama de miseráveis, uma categoria de sujeitos não absorvidos pelo mercado de trabalho ou excluídos do processo produtivo, denominados de “sobrantes”, passam a ser objeto de ações repressivas e de atendimento público estatal (NOGUEIRA, 2008).

Frente a isso, as considerações foucaultianas sobre a mendicância, embora situadas em um contexto europeu, permitem pensar sobre a realidade brasileira em um recorte histórico e social. O autor discute que junto à ascensão da burguesia, revela-se uma necessidade de vigilância sobre os bens e as condutas de produção do trabalhador:

Uma memória sobre a vadiagem: viveiro de ladrões e assassinos ‘que vivem no meio da sociedade sem serem seus membros’, que fazem uma verdadeira guerra contra todos os cidadãos, que estão entre nós naquele estado que se supõe ter existido antes do estabelecimento da sociedade civil [...] um vagabundo é infinitamente mais perigoso para a sociedade (FOUCAULT, 2014b, p. 87).

Sob outra perspectiva, a pobreza e a mendicância no Brasil colonial, segundo Souza (1982), remetem a desclassificação social em uma sociedade escravocrata. Apesar da

libertação da população negra da condição de escravidão, há o impedimento da participação da ordem social, cabendo a esses sujeitos a adesão a um estilo de vida itinerante. Destituídos do caráter de humanidade e vistos como ocupantes de uma condição inferior, foram depreciados em seu direito a existência e a sociabilidade. Para os negros libertos, a mendicância apontava para uma alternativa de sobrevivência dada as dificuldades de inserção social no mercado de trabalho.

Posto isso, aponta-se para uma dialética de identidade/diferença que desencadeia o processo de inclusão/exclusão, classificando e diferenciando para excluir, mas permitindo o pertencimento de classes subalternizadas que são alvos de repressão. Em relações de poder marcadas por normatizações e categorizações sobre os sujeitos, estabelecendo-se a norma e os desviantes. Os discurso de igualdade e empoderamento são acentuados nas políticas públicas, mas tais práticas discriminatórias se encontram em dissonância com o discurso. Os privilégios socioeconômicos estão se reafirmando, enquanto para os não privilegiados resta o cerceamento dos direitos e a opressão social (SAWAIA, 2009).

Para tanto, no que concerne a garantias de políticas sociais e de acesso aos direitos humanos fundamentais, cabe ressaltar Foucault (1999) ao considerar que ao fazer viver, a tecnologia política também deixa morrer. Assim, o interesse do poder estatal no estabelecimento de políticas higienistas e intervenções que almejam estimular, proteger, administrar e incentivar a população apresenta um caráter humanitário. Em contrapartida, conflitos sanguinolentos em nome de um cuidado a uma vida purificada, tendo sido observado um aumento da violência, em nome dos direitos humanos, visando à proteção da vida de todos, realizam-se cortes entre pessoas que devem viver ou morrer, valorosas ou inferiores.

A pobreza é gerida e sofre represálias. No biopoder, o corpo é o personagem principal do pensamento ideológico capitalista e no que concerne a população em situação de rua, ela representa a vadiagem e a preguiça que deve ser combatida. Referindo-se as punições dadas aos delitos de vadiagem em 1.781 na França, Foucault (2014b) salienta que a solução visualizada na época era o combate a preguiça, sendo a obrigatoriedade do trabalho aos prisioneiros a melhor punição visualizada. Em analogia a isso, resalta-se que na medida em que o neoliberalismo é contemplado como conjuntura política, há a produção e valorização de corpos docilizados que são úteis na medida em que são submissos e produtivos, visualizando o corpo como anatomia política e maquinaria de poder.

Em complementaridade a essa reflexão, Gimbo (2017) destaca que o indivíduo é visualizado como agente econômico, ao invés de um sujeito de direitos, máquina calculadora de perdas e ganhos consonante a livre iniciativa privada e moldada por interesses individuais.

O Estado atua como agente administrativo de promoção social e controle das multidões, e os corpos imbricados no paradigma concorrencial se tornam capital humano. Consonante a isso, Agamben (2002) salienta que os indivíduos inúteis à vida política são considerados vidas nuas, vidas sem valor, indignas, irrelevantes e impunemente eliminadas. Ao longo da história, as pessoas em situação de rua foram representadas pela criminalidade e mendicância, excluídas de papéis sociais políticos e alvos de medidas de violência e repressão. Corporifica-se a violência e a negação de direitos em mortes desejadas pela sociedade.

Assim, salienta-se que as pessoas em situação de rua, fundam heterotopias, originado de *heteros* (diferente) e *alter* (o outro) e *topia* (lugar), aponta para o espaço do outrem e da diferença, lugar de exclusão e resistência. As ruas das cidades são espaços de heterotopia, assim, como os corpos das pessoas em situação de rua. Ressalta-se que grupos desviantes fundam heterotopias: “todos os outros lugares reais que se pode encontrar no interior da cultura, são simultaneamente representados, contestados e invertidos; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares” (FOUCAULT, 2006a, p. 47).

### 2.3 DISPOSITIVOS DE SABER-PODER: A POLÍTICA NACIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (PNPSR) E OS ESPAÇOS DE APLICAÇÃO

De acordo com a Política Nacional para a Inclusão Social das Pessoas em Situação de Rua, a existência de pessoas em situação de rua adverte sobre a profunda disparidade social brasileira e a pobreza extrema. Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que prevê as políticas públicas como direito do cidadão e dever do Estado para a garantia dos direitos sociais de forma universal. A partir de então, cabe ao poder público municipal o encargo quanto à manutenção de serviços e programas direcionados a população em situação de rua, salvaguardando a dignidade humana, a proteção contra a violência e o exercício à cidadania (BRASIL, 2008).

Em consideração a isso, reflete-se sobre as políticas públicas enquanto dispositivos. Para Foucault (1979), o dispositivo engloba elementos heterogêneos, atuando na costura de discursos estruturantes do funcionamento de uma instituição, mascarando ou justificando práticas consolidadas na sociedade. Em virtude disso, é uma rede que se estabelece entre instituições, discursos, medidas administrativas, leis, proposições filosóficas e morais, o dito e o indizível, regime de fazer ver e dizer, que abarca as emergências da sociedade. Produto de uma rede de discursos, o dispositivo opera em um corpo social de produção, embora a sensação seja contrária a isso, tem uma função estratégica dominante em jogos de poder.

Em tempos hodiernos, a Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua (PNPSR) por meio do decreto nº 7.053/2009 propõe ações e estabelece práticas para as políticas públicas, reconhecendo as lutas e os direitos das pessoas que vivem nas ruas em condições de aviltamento da dignidade humana. Pautando-se na garantia de direitos humanos, visa promover atividades voltadas para o empreendedorismo na geração de emprego e renda, acessibilidade a serviços de saúde, reinserção social, prevenção à violência e o fornecimento de centros de referência para apoio e prestação de serviços (BRASIL, 2009).

Destarte, o Centro de Referência Especializado em Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) é um dispositivo de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, visando atingir os objetivos explicitados pela PNPSR, integrando-se as demais políticas públicas de saúde, trabalho e renda, educação e previdência social para promover direitos, a autonomia e a participação social. Destinando-se aos que utilizam as ruas como lugar de sobrevivência e/ou moradia, com intervenções direcionadas para o resgate socioeconômico e o fortalecimento ou constituição de vínculos interpessoais, objetivando edificar novas trajetórias de vida que fomentem o processo gradual de saída do sujeito da situação de rua para relações solidárias e afetivas (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome define essa população como

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p.16)

Em razão disso, para Brasil (2008), a população em situação é representada por grupos com diversas especificidades, tendo por fatores em comum a pobreza, vínculos familiares frágeis ou extintos devido a um processo de desfiliação social que não dispõem de moradia regular, e por isso, tem a rua como espaço de sustentação. Salienta-se que também se faz necessário considerar outras peculiaridades das pessoas em situação de rua, que tangem a características étnicas, de gênero, idade, deficiências físicas, dependência química e transtornos mentais.

Os dispositivos de saber-poder conforme Barbosa (2017) consolidam técnicas e instrumentos de intervenção amparados por conhecimentos científicos, com normativas nacionais oferecidas por portarias, documentos oficiais e pela legislação. Portanto, mesmo que os discursos governamentais gravitem sobre a ampliação de direitos, garantia de

cidadania e os cuidados integrais à população em situação de rua vislumbram-se tensões e conflitos entre cuidado e controle. O cuidado à saúde é visto como controle de populações perigosas em espaço urbano, bem como a prevenção dessas condições de vulnerabilidade em serviços de acolhimento socioassistenciais para advertir a improdutividade socioeconômica.

Como adverte Deleuze (1992), há transformações nas técnicas de controle da população. Se nas sociedades disciplinares há o controle contínuo em espaços fechados como na família, na escola, na prisão e no hospital, atualmente a vigilância e o controle são dados a céu aberto como em programas de saúde e assistência social que oferecem liberdades, mas criam novas estratégias de controle. Conforme Foucault (2008b), as populações são classificadas, otimizadas, mensuradas e geridas por procedimentos de gestão públicos. O biopoder se expressa na vigilância e controle, dirigida principalmente aos desviantes e marginais às normas, assegurando o “governo dos homens”, uma prática de direcionamentos dos indivíduos em suas travessias.

Em Dardot e Laval (2016) é enfatizado que há um espaço social incessante no qual os indivíduos devem se adaptar a regimes insustentáveis de trabalho, devendo se reinventar incessantemente para não adentrarem a obsolescência, sendo flexíveis para sobreviver em um mercado competitivo. Doravante a isso, mercado sustentado pela precarização da existência, sendo a economia a disciplina pessoal e social diária. Como empreendedores de si, o disciplinamento não é dado apenas como uma imposição, mas por meio da cristalização do sujeito dada a introjeção de valores e normas que circulam de forma irrestrita na sociedade. De acordo com Gimbo (2017), marcado pela injunção perversa e assídua de “sempre-mais”, o sujeito neoliberal é transpassado pela necessidade de ultrapassar as situações presentes para alcançar a maximização excedente em uma ascense na relação empresarial com si mesmo.

Por conseguinte, de acordo com Souza (2017), as políticas públicas atuam como dispositivos biopolíticos para o controle populacional, uma vez que a PNPSR ainda opera sobre a égide da higienização, produzindo subjetividades dependentes e dóceis, administrando condições de vida. A finalidade da política para as pessoas em situação de rua é torná-las úteis e produtivas, sobre o discurso de autonomia e exercício da cidadania, marginalizando o processo de assujeitamento e subalternização.

Os programas de inserção profissional e educacional assumem um caráter ambivalente de exclusão-inclusão, ao encobrirem a desigualdade social e a destituição de direitos, inserindo-os nos moldes da produtividade socioeconômica neoliberal. A Política de Assistência Social garante proteção e direitos sociais a essa população, mas atua como

biopolítica sobre a circulação humana, gerenciando a liberdade nos fluxos de poder-espço (SOUZA, 2017).

Destaca-se que a atuação de psicólogos(as) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) exige a compreensão de fatores políticos, sociais e econômicos que atravessam as condições de vida de famílias e indivíduos. Faz-se necessário acentuar o papel do profissional psicólogo em intervenções que privilegiem a mudança do *status quo*, servindo ao compromisso com a transformação e a libertação social em experiências limítrofes que convergem poder e resistência. Atentando-se as contradições sociais, a opressão e aos modos de subjetivação, as atuações nas políticas públicas podem culminar na constituição de sujeitos implicados com a transformação sociopolítica da realidade e ao cuidado de si (XIMENES; GÓIS, 2010; LIMA; SCHNEIDER, 2018).

A atuação do(a) psicólogo(a) nos serviços socioassistenciais para Senra e Guzzo (2012), implica em uma necessidade de revisitação as intervenções psicológicas tradicionais, refletindo sobre a ênfase dada a área clínica e a necessidade de transposição dos limites das salas de um consultório para o atendimento embasado em uma análise crítica da profissão. O discurso de compromisso social da Psicologia necessita estar articulado com uma prática coerente, atentando-se para os bairros periféricos e para as zonas territoriais invisibilizadas. Superando o elitismo da profissão, são fundamentais intervenções contextualizadas com o território dos sujeitos e comunidades constituintes do tecido social, identificando as relações entre as práticas desenvolvidas e os projetos políticos implicados. Se aposta em ações de contra-tendência a hegemonia da ordem a partir de intervenções coletivas.

Contudo, como apresenta Huning e Guareschi (2005), pensar a Psicologia através da interlocução com o pensamento foucaultiano é trazer descentramentos a compreensão do sujeito e a construção do conhecimento. Assim, assumindo que as práticas culturais as quais estampam as práticas psicológicas agem na constituição dos sujeitos. O pensamento foucaultiano desacomoda, lançando para a ciência psicológica a desnaturalização e o desassossego das práticas institucionais, não oferecendo uma resposta acabada e segura para o desenvolvimento da Psicologia, mas possibilitando problematizar as questões relativas às suas práticas, lançando o olhar para novos caminhos e recusando a separação entre pensamento/ação e teoria/prática.

#### 2.4 ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA, RESISTÊNCIA E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO EM CORPOS ABJETOS

A ética foucaultiana é compreendida como problematização dos modos de existência, nas relações com os outros e com si mesmo. A moral é designada pelo conglomerado de regras instituídas pela família, religião, escola e trabalho. Propõe-se uma ética que seja pensada como modo de reflexão sobre a vida para que seja construída como uma obra de arte. A arte de viver diz respeito à ampliação da liberdade, o estabelecimento de uma maior alternância entre jogos de poder e verdade para conceber movimentos de resistência a dominação. Retorna-se a Grécia Antiga para pensar a experiência de si e evidenciar a precarização dos modos de subjetivação contemporâneos (FOUCAULT, 2006a).

Nesse viés, Oksala (2011) explica que a estética da existência é um termo cunhado pela teoria foucaultiana para designar sua fase ética, a saber, o que ficou conhecido como o último Foucault. Em seus primeiros estudos, debruçou-se sobre a arqueologia, posteriormente sobre a genealogia. Na década de 70, apresentou-se uma descrição mais completa da constituição do sujeito: a subjetivação. Contudo, as discussões sobre arqueologia, genealogia e estética da existência são indissociáveis na teoria foucaultiana.

Em complementaridade a isso, sublinha-se que há pessoas indesejáveis, não sendo reconhecidos em sua cidadania (vulnerabilidade política), tão pouco em sua humanidade (vulnerabilidade antropológica). Ao ser impossibilitado de viver uma biografia, ou seja, uma história de vida singular demarca-se a agressão a uma identidade antropológica, agindo sobre a usurpação do lugar de cidadãos e cidadãs. Por continuidade, promovendo a falência da dimensão ética pelo ataque aos valores políticos cotidianamente reivindicados (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012).

Consonante a isso, diante do que destaca Butler (2003), a representação social da abjeção é ocupada por aqueles(as) que estão em zonas inóspitas da sociedade, ocupando uma posição de não-sujeitos, sem usufruir da dignidade humana. Nesse seguimento, sendo um processo configurado a partir da identificação dos indivíduos pessoas conseguem abalar seu sistema de valores e orientações morais que guiam suas atitudes. Invisibilizados e destituídos de direitos políticos e sociais, os corpos abjetos são alvos de uma ampla gama de violências, uma vez que a multiplicidade de performances sociais deve ser eliminada, bem como os sujeitos marginais transgressores das normas. A partir disso, realiza-se uma analogia entre essa discussão e a vulnerabilidade ética-política das pessoas em situação de rua.

Mesmo que materializados na concretude cotidiana, os corpos abjetos não são passíveis de luto e do *status* de humanidade. Nesse ínterim, indicam restos de holocausto, tendo em vista que apresentam um duplo viés: corpos vítimas de marginalização e violência, mas corpo que resiste. Sublinha-se o caráter libertário da abjeção, uma vez que os sujeitos

marginais não são conformados as imposições de subordinação as regras e ditames sociais, mas estampam impermanências, inconsistências e possibilidades de reconfiguração perante leis regulatórias (BUTLER, 2003).

Posto isso, afirma-se que as práticas éticas de si estão imbricadas com a estética da existência, sobrepondo as formas de resistência ao poder normalizador, uma vez que a resistência não pode se estabelecer fora das estratégias de poder. Os sujeitos não são simplesmente configurados pelo poder, mas participam de sua própria construção, mudando a si mesmo através das práticas de si. Relacionando liberdade-estética da existência-resistência, as pessoas não representam apenas corpos dóceis, mas alternam, recusam e adotam diferentes formas de serem sujeitos, tendo por modo de contestação social a moldagem criativa de si mesmo e de sua vida ao explorar novas formas de ser, novas experiências, relações e modos de viver (OSKALA, 2011; FOUCAULT, 2017).

Buscam-se os efeitos da “*parhêsia*”, conforme Foucault (2006b), utilizada pelos cínicos quando se colocavam diante de situações de risco, através da coragem da verdade na insurgência de rupturas para a constituição de experiências éticas que ultrapassem os dispositivos normalizadores. Atrela-se o governo de si e dos outros a ética do cuidado de si. Em um posicionamento estratégico, voltar-se para práticas políticas direcionadas as formas de assujeitamento exercidas não somente por aparelhos ideológicos estatais, mas na capilaridade de jogos identitários, sujeito em processo de confronto com o apossamento dos dispositivos.

O processo de subjetivação designa a constituição da subjetividade dos sujeitos, envolvendo práticas de objetivação e o cuidado de si por meio de técnicas que configuram a existência, produto de relações complexas entre poder-saber-verdade. Os modos de subjetivação são entrelaçados por técnicas de governamentalidade e pelo governo de si. A descrição arqueológica e genealógica conjuntamente a relação com si mesmo produzem uma subjetividade concebida em movimento, em infinito desprendimento (REVEL, 2005).

Como discorre Branco (2015), a problematização foucaultiana discute sobre as interlocuções entre exercício do poder e liberdade, pois na ausência de liberdade o que ocorre são relações totalitárias em sociedades que não são possíveis deslocamentos sociais e artísticos. A resistência pressupõe uma agonística, isto é, o combate de forças entre seres livres. Em adição a isso, discutindo sobre a subjetivação, Foucault (2006a, p. 232) reforça que “é preciso promover novas formas subjetividade, recusando o tipo de individualidade que foi nos imposto por tantos séculos”. A meta política é fincada na possibilidade de uma subjetividade em contramão a estratégias utilizadas pelos poderes hegemônicos para a padronização, normatização e disciplinamento das pessoas e massas.

A resistência é inerente às relações de poder. A crítica filosófica às formas de dominação e racionalidade política apontam para um desejo de liberdade política, erguido por práticas históricas. Ao expor que as racionalidades políticas formam subjetividades com características restritivas, a teoria foucaultiana defende ativamente a mudança política, uma vez que nossos limites revelam as possibilidades de nossa liberdade. Ainda assim, tal mudança deva ser entendida em termos micropolíticos, transformações locais e parciais, não visando programas políticos universais, mas a análise dos aprisionamentos e das formas de resistências (OKSALA, 2011).

Para a teoria foucaultiana, revolucionar significa denunciar as contradições existentes na sociedade. E, sobretudo incide em um exercício sobre si mesmo, como defende Foucault (2009, p. 749):

Revoltando-se, os iranianos diziam – e talvez seja essa a alma da revolta: é preciso mudar, certamente, de regime e livrar-nos desse homem, é preciso mudar esse pessoal corrupto, é preciso mudar tudo no país, a organização política, o sistema econômico, a política estrangeira. Mas, sobretudo, é preciso mudar a nós mesmos. É preciso que nossa maneira de ser, nossa relação com os outros, com as coisas, com a eternidade, com Deus sejam completamente modificadas, e não haverá revolução real sem que essa mudança radical aconteça em nossa experiência.

Dessa forma, ao discutir sobre revolução, Foucault (1995) denota a urgência em recusar o que somos, livrando-nos da individualização imposta pelas estruturas de poder modernas. As problemáticas éticas, políticas e sociais não seriam resolvidas ao libertar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas promovendo novas formas de subjetivação divergentes daquelas que são impostas. As revoltas interrompem o movimento da história, sendo a coragem e o risco pontos cruciais. Foucault (2009, p. 801-802) diz: “nós somos prisioneiros de certas concepções de nós mesmos e de nossa conduta. Nós devemos liberar nossa subjetividade, nossa relação conosco”.

Segundo Foucault (2008b, p. 294): “há terror quando aqueles que comandam tremem, porque sabem que de qualquer modo o sistema geral da obediência os envolve tanto àqueles sobre os quais exerce seu poder”. Mediante a demolição e contestação dos sistemas de ordem que revestem a sociedade, é possível agir e resistir aos discursos que nos ordenam pacificamente através da reflexão sobre as condições de existência concreta desses discursos nas tecnologias de governança.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se configura enquanto qualitativa, visualizando a subjetividade constituída entre os sujeitos em situação de rua e as organizações sociais, tendo como protagonistas o contexto sociopolítico. A abordagem qualitativa conforme Gonzalez Rey (2001) representa a busca para a reflexão teórica-prática de uma realidade social dinâmica plurideterminada. Assim sendo, negando uma visão tecnocrata, instrumentalista, linear, objetiva e estática, fornecendo recursos para subsidiar a percepção dos sujeitos da pesquisa em sua interdependência sócio-histórica de funcionamento, questionando as generalizações, normas e leis. A produção do conhecimento é vista como uma interpretação singular e em transformação, sem objetivar a predição e o controle, mas uma inter-relação dialógica entre sujeito pesquisado e pesquisador.

Dessa maneira, a pesquisa baseia-se em um duplo caráter quanto aos objetivos mais amplos, sendo descritiva e exploratória. Segundo sublinha Gil (2002), a pesquisa exploratória busca aprofundar o conhecimento sobre uma determinada realidade, proporcionando uma maior familiaridade com o objeto de estudo, estando diretamente relacionada ao vislumbrando da realidade social de pessoas em situação de rua. Enquanto isso, no âmbito descritivo, há ações direcionadas para a descrição de características e peculiaridades de um determinado fenômeno ou população, recorrendo a isso para descrever as estratégias de biopoder direcionadas a pessoas em situação de rua.

A coleta de dados se debruça sobre a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua (PNPSR) e estudos científicos que arbitrem sobre a história da mendicância, o acolhimento a essa população e as estratégias de biopoder. Posteriormente a isso, serão utilizadas como instrumentos de pesquisa as entrevistas narrativas e os diários de campo.

A entrevista narrativa de acordo com Muylaert *et al* (2014), é uma ferramenta de pesquisa não estruturada, caracterizada pela emergência de histórias de vida do entrevistado e do contexto situacional, suscitando que o informante utilize de linguagem espontânea, exprimindo suas experiências no aqui-e-agora, podendo evidenciar aspectos desconhecidos da realidade sociocultural através de discursos individuais. Conforme Araújo *et al* (2013), utiliza-se de diários de campo como autorregistro com informações relacionadas à visão da pesquisadora sobre os fenômenos institucionais, subsidiando análises de implicação.

As entrevistas narrativas ocorreram no Centro de Referência Especializada em Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) de Juazeiro do Norte, dirigidas a um profissional e aos usuários da instituição. Por conseguinte, de acordo com o que aponta Fontanella, Rica e Turato (2008), utilizando-se do critério de conveniência e indicação para definir a análise

funcional, sendo o fechamento amostral estabelecido por saturação teórica, analisando os conteúdos que se repetem entre os usuários do serviço socioassistencial.

Nesse seguimento, o método empregado para tal pesquisa é à arqueogenealogia foucaultiana. Refere-se a um método de investigação que articula a arqueologia (formação dos saberes) a genealogia (análise do poder), tendo traços de regionalidade e inconclusão nas trajetórias da pesquisa, vislumbrando zonas de dispersão em um jogo de tensões e transformações mútuas. A arqueologia investiga o que está na superfície dos discursos, problematizando o conhecimento e clarificando os saberes envolvidos nos discursos, apontando para a análise das condições históricas das possibilidades do saber. A genealogia representa um debruçar histórico-político sobre as relações de poder, culminando em uma investigação histórica-política através dos saberes dos assujeitados, o antagonismo das lutas, fazendo emergir conteúdos históricos que são reprimidos e sufocados pelos discursos totalitários presentes no corpo social (OKSALA, 2011).

Conforme Prestes (2017), aponta-se para o ato de problematizar e historicizar a pesquisa arqueogenealógica, situando o objeto de estudo a partir de uma análise espacial e temporal, promovendo-se um diagnóstico do presente em um pensamento crítico, desnaturalizando o sujeito da pesquisa. Promovendo-se a investigação do que foi naturalizado historicamente pela teia de relações de saber-poder, o mais relevante não é apenas compreender o passado, mas mudar a maneira como visualizamos o presente, problematizar o presente a partir do passado. Há uma abertura para as surpresas e estranhamentos, atentando-se para a dispersão e descontinuidades dos saberes, distanciando-se da interpretação e visualizando as diversas posições de subjetividade. Portanto, debruçando-se sobre a díade saber-poder para compreender estratégias biopolíticas governamentais dirigidas às pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, elucidam-se como critérios de inclusão: trabalhar no espaço do Centro Pop de Juazeiro do Norte; pessoas em situação de rua que se interessem em participar voluntariamente da pesquisa proposta; usuários do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop); consentimento na pesquisa a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em contraposição a isso, os critérios de exclusão são: pessoas em condição de situação de rua por um período menor de um ano; sujeitos da pesquisa com idade inferior a 18 anos. Estima-se que a pesquisa seja realizada com uma amostra de seis pessoas em situação de rua e um profissional.

No que concernem aos aspectos éticos do estudo, respeita-se a Resolução nº 510/2016, uma vez que os sujeitos da pesquisa foram informados sobre os objetivos, benefícios e riscos

da pesquisa, dispondo-se de sigilo e confidencialidade da identidade, além de salvaguardar a possibilidade de desistir a pesquisa a qualquer momento. Para isso, utilizando-se da Carta de Anuência direcionada ao Centro Pop e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) as pessoas que serão entrevistadas. Logo, em concordância com a defesa dos direitos humanos, a autonomia, o respeito à diversidade e a participação de grupos discriminados e vulnerabilizados em pesquisas.

Os riscos da pesquisa consistem na exposição psicológica mediante as entrevistas narrativas no que concerne a possibilidades de desconforto no momento da pesquisa ou posteriormente a mesma, uma vez que suscitará dados relevantes sobre a história de vida dos sujeitos em situação de rua e sua condição de vulnerabilidade socioeconômica cotidiana. Tais riscos elencados podem alavancar mal-estar físico e psicológico, bem como manifestações de sofrimento. Visando proteger tais indivíduos será resguardado o sigilo e a confidencialidade dos dados, além de fornecido o suporte do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO), bem como da instituição de referência dos mesmos, o Centro Pop, para aplacar os riscos à saúde psicológica e social, respectivamente.

Contudo, enquanto benefícios, a pesquisa permitiu aos sujeitos expressar seus modos de vida, seu cotidiano e como lidam com seus corpos, construindo para os sujeitos da pesquisa momentos de expressão e de visibilidade social através de uma escuta ética do sofrimento ético-político enfrentado por tal população. Além disso, a pesquisa permite refletir sobre as potencialidades e dificuldades da relação entre pessoas em situação de rua e uma política pública da assistência social, fomentando novas possibilidades de relações dialógicas entre usuários e profissionais. Faz-se fundamental discutir sobre a relação usuário-instituição, uma vez que culmina em um acolhimento político, social e afetivo aos usuários do serviço. Ademais, aponta-se para a construção de conhecimento científico no que concerne aos modos de subjetivação constituídos pelas pessoas em situação de rua, explorando como a governamentalidade atinge seus corpos.

Para a análise dos dados, utiliza-se da análise de discurso foucaultiana, empregada para refletir sobre os procedimentos de exclusão que são exercidos no discurso. Esses são dados de três maneiras: a) a interdição dada ao controle do que pode ser dito e em quais contingências há a permissão de falar, imperando a dominação na prática social; b) o exercício da exclusão é realizado a partir de discursos que devem ser rejeitados, verdades não legitimadas; c) a relação entre o discurso verdadeiro e falso é variável de acordo com a época, o lugar e os indivíduos, sendo exercida uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2007).

A análise do discurso como reflete Fischer (2003), ampara um exercício metodológico que compreende as pesquisas diretamente imbricadas com a linguagem e postas em lutas e disputas discursivas. O discurso anuncia que as palavras e as coisas não apresentam uma relação de obviedade, mas são construções sociais e históricas. Os enunciados discursivos são práticas de saber-poder, apontando para maquinários de subjetivação individuais e coletivos, entendendo que o pesquisador se dirige ao encontro com o novo, o imprevisto e o inesperado. Desse modo, atentando-se ao discurso das pessoas em situação de rua, sujeitos que muitas vezes são rostos silenciados.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 “PEDAÇO DE MIM, METADE ARRANCADA DE MIM”: UMA ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO/IMERSÃO EM UM DISCURSO-EXPERIÊNCIA**

A análise de implicação remete a posição do pesquisador no seu campo de pesquisa, bem como as relações construídas diante de suas observações. Assim, está implicada a condições de possibilidade diante dos sujeitos da pesquisa, da realidade social e das forças sociais que compõem a pesquisa. Em consonância a isso, defendendo a produção de conhecimento através de fragmentos de autobiografia, Rodrigues (2014) destaca que as composições embasadas na práxis foucaultiana são realizadas a partir de experiências, resistindo às práticas hegemônicas, inflexíveis a aleatoriedade, a surpresa e o inaudito que permeiam os ditos e os escritos. Por isso, as experiências foram redigidas em primeira pessoa.

A primeira observação participante no campo de pesquisa, o Centro Pop, perpassou uma sensação de estranheza dos funcionários e dos usuários do serviço socioassistencial dado aquele novo elemento, pessoa nova e estranha que apareceu em uma manhã de segunda-feira. Conforme Deleuze (2006) a diferença não é um problema, mas um ponto de partida para a criação de problematizações, devires e linhas de fuga, defendendo que todo corpo carrega em si uma diferença diante dos demais corpos. A pesquisadora se sentiu avaliada pelos olhares dos usuários e dos profissionais do serviço, tendo-se cuidado para agir de modo a não invadir o espaço das pessoas em situação de rua.

Posteriormente, ressalta-se a rispidez da recepcionista ao acolhimento dos usuários, entregando as fichas para o almoço no restaurante popular, mantendo o olhar direcionado ao seu aparelho eletrônico. Ao tentar explorar o espaço do Centro Pop, um usuário chamou a minha atenção quando ia entrando em um corredor lateral: "'tá' cheio de homem 'aí', moça"

(sic.). Acredito que seria impedida fisicamente caso não obedecesse ao aviso e desejasse continuar a observar ou a percorrer aquele corredor e por isso, retornei ao espaço de recepção dos usuários. Isso me remeteu ao sistema patriarcalista e a misoginia diária que incide sobre ações de homens sobre mulheres na criação de espaços de interdição.

Diante do que expõe Louis (2006), o patriarcado se refere a um sistema social que tem a jurisdição de um pai no papel de liderança, uma figura masculina, referente à dominação do gênero masculino sobre o gênero feminino. Havia nesse lugar um espaço de higienização que segundo funcionários é destinado a homens e mulheres. Todavia, há uma sensação de não pertencimento e proibição as mulheres de frequentar esse espaço. Ao falar disso com os usuários, especificamente João e Paulo (nomes fictícios), eles relatam que esse espaço é um “espaço dos homens” (sic.). Isso promove a hipótese de que muitas das mulheres em situação de rua não se vinculam ao serviço por uma falta de identificação das mesmas com o espaço. Aparentemente, devido ao lugar dado a pesquisadora e a ausência de usuárias no local, as mulheres ocupam uma zona composta por impedimentos espaciais e restrições em uma propriedade masculina.

Assim, reflete-se sobre a higienização dos corpos a partir de Foucault (2001), na manutenção de corpos educados para a vida em sociedade. Os considerados normais são visualizados como efeitos bem-sucedidos do processo civilizatório, enquanto que aqueles que são desviantes e representantes da diferença dispõem de instituições normalizadoras, vivenciando o afastamento provisório ou total da convivência social. Ressalta-se também a questão da hierarquização dos gêneros e a reflexão sobre os espaços dos quais as mulheres ocupam em uma sociedade patriarcalista, papéis sociais que remetem ao assujeitamento, compreendendo esse termo a partir de Branco (2015), refere-se a exercícios e técnicas de controle da subjetividade, em uma agonística entre poder e resistência.

Ao final do primeiro dia de observação, percebeu-se que os usuários fabricavam um cigarro artesanal, sendo repreendidos pelo porteiro que diz que alerta sobre a proibição de fumar no estabelecimento, os usuários se dirigiram à calçada. A partir disso, destaca-se a vigilância sobre o espaço em um movimento de poder disciplinar e a estratégia biopolítica de gerenciamento dos corpos. O sentimento de cúmplice me permeou, pois estava conversando com os usuários nesse momento, sentindo no corpo os efeitos da vigilância e as formas de coerção para o governo dos usuários.

Com base em Foucault (2014b), a disciplinarização e a normalização constituem as técnicas disciplinares que visam corrigir minuciosamente as operações do homem e o tornar mais produtivo através do assujeitamento constante de suas forças para a racionalidade

capitalista. O poder disciplinar é operado por instituições em regulamentos e aposta na arte das distribuições, uma vez que visa distribuir os indivíduos em espaços. Enquanto isso, o biopoder, regula as mínimas parcelas do corpo da população, a fim de governar hábitos.

Para o segundo momento de observação, a pesquisadora foi convidada pelo Centro Pop para um evento destinado as pessoas em situação de rua. Ao chegar à praça, local da eventualidade, avistaram-se pessoas em situação de rua acudadas no entorno da praça, visualmente marginalizadas. Uma profissional do Centro Pop disse: "Isso é lugar pra eles? Tão 'aí' tudo perdido" (sic.).

Esse discurso remete a materialização dos sujeitos que representam a margem e ao conceito de heterotopia. Foucault (1999) nos lembra que a morte do outro tido como anormal é também dada através da morte política, pelos mecanismos sutis de expulsão e rejeição social. Em conformidade com Foucault (2009), a heterotopia é delineada por instituições da sociedade em posicionamentos que são encontrados no interior da cultura, representam lugares que se encontram fora de todos os outros lugares, mesmo que sejam localizados. Concernente a isso, as heterotopias de desvio designam espaços em que são alocados os sujeitos que apresentam comportamento que desviam do padrão estabelecido socialmente, tal como as pessoas em situação de rua que ocupam uma posição de não-lugar.

Destarte, Rezio e Fernandes (2015) consideram que as relações de poder se inserem em discursos humanitários fincados nos direitos humanos. Ao utilizar da metáfora de um cabo de guerra, explica que de um lado se encontram as pessoas normalizadas e por isso dignos de terem o reconhecimento e asseguramento de seus direitos e do outro, a saber, as pessoas em situação de rua, "não humanos", cujas vidas não estão suficientemente regulamentadas pelas estratégias de poder e governamentalidade.

Em complementariedade a isso, Butler (2013) destaca a incidência dos corpos abjetos, corpos que são alvo de violência, exclusão social e que não são passíveis de luto. Apesar disso, são corpos que pesam e resistem, pois não se conformam totalmente as normas hegemônicas, mas apontam rearticulações diante das inquisições impostas. Essa representação faz menção aos sujeitos marginalizados, corpos desviantes às normas neoliberais. Colocando-me em pé perto de um grupo deles, escutou-se o seguinte comentário sobre a presença da polícia no evento: "é pra meter o pau em quem vacilar, pra controlar" (sic.). Com isso, além da presença da polícia, observou-se que o evento foi composto por duas instituições religiosas, a Associação Beneficente Madre Maria Vilac (ABREMAVI) e o Impacto Bíblico, além do Centro Pop, do Serviço Nacional para a Aprendizagem Comercial (Senac), e do Centro de Referência sobre Drogas do Cariri.

Reparou-se em frases que estampavam um *trailer*: "Semeando a palavra que transforma vidas". Os discursos foram falados, ouvidos e sentidos. Houve apenas um momento de fala dado às pessoas em situação de rua, quando um usuário trouxe o seu testemunho religioso: "Não podemos viver apegados nas coisas materiais desse mundo, não podemos pensar nesse negócio de suicídio, roubar, matar" (sic.). O evento, ao contrário de ser protagonizado pelas pessoas em situação de rua, foi objetificado pelos que regulam suas vidas, cabendo aos usuários ocuparem uma zona inóspita. Um grupo de jovens integrantes da associação Impacto Bíblico representou uma canção que remetia a marchas policiais, sendo nítido nos semblantes dos usuários à sensação de surpresa e sufocamento, sentimentos que permearam a pesquisadora durante a experiência em tais circunstâncias. Para melhor descrever esse fenômeno, transcrevem-se abaixo passagens da marcha/louvor:

O homem procurou andar nos seus próprios caminhos, caminhos de pecado, a multidão caminha para a guerra, caminha em busca de paz, caminha a procura do amor. A Bíblia nos indica, esse é o caminho que nos conduz a vida. Ele disse: eu sou o caminho, a verdade e a vida, ninguém vem ao mundo se não por mim. A violência no coração do homem, o pecado em sua alma, o impossibilitam de ouvir a resposta divina ao seu clamor e o impedem de entender a grandeza do amor de Deus no sacrifício do calvário e o impedem de amar a Deus que deu sua vida para que o homem viva. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará (sic.)

Nesse ínterim, discute-se que um fator fundamental para a racionalidade do Estado é o poder pastoral que proporciona condições de possibilidades para a operação da governamentalidade. O poder pastoral é propagado pelo cristianismo e demarcado pelas seguintes particularidades: 1) o poder é exercido pelo pastor e incide sobre um rebanho; 2) o pastor é responsável por reunir, guiar e conduzir o rebanho; 3) a figura do pastor está atrelada a salvação de seu rebanho e ao cuidado a cada um dos sujeitos; 4) há uma relação de devotamento entre pastor e rebanho, considerando que todas as ações do pastor são sacrifícios e estão voltadas para o bem do grupo. A salvação é difundida pelo poder pastoral cristã que enfatiza a pureza de um coração para a entrada no reino celeste, implicando uma analítica da consciência de si (FOUCAULT, 2017).

Para a pesquisadora, o poder pastoral se mostrou através dos voluntários, incitando a saída da situação de rua mediante o fortalecimento da fé e das crenças nos dogmas cristãos, Deus aparece na figura de um messias capaz de fazer com que as pessoas prosperem. Considerando-se que a grande preponderância das intervenções religiosas, a o fortalecimento da fé cristã aparece como única possibilidade para a transformação social. Em meio a essas atividades religiosas, escutou-se a fala de uma profissional da assistência social: "T. mandou

entregar agora, mas a gente não vai entregar, por que se não eles vão embora" (sic.), atrelando à presença das pessoas em situação de rua a ficha de alimentação e decidindo não ofertá-la até o término do evento.

Observou-se que em nenhum momento foi dito aos usuários os serviços que estavam a sua disponibilidade, além da oração e do acolhimento religioso: limpeza facial, massagem, alimentação, corte de cabelo, doação de vestimentas e sapatos. A respeito da atuação da organização não-governamental ABREMAVI, o profissional ressaltou na realização de trabalhos esporádicos com a distribuição de produtos de higiene, cobertores, oferta de camisinha, distribuição de alimentação, informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e redução de danos para álcool e drogas. No entanto, no evento, os voluntários da ABREMAVI atuaram somente na distribuição de um conjunto de produtos higiênicos, não sendo realizados os outros serviços descritos pelo profissional.

Segundo Rosa (2012, p. 23): “pureza, sujeira e higiene estão associados à ideia que temos de ordem”. Quando o outro é considerado como sujo, trata-se de organizar o ambiente e a cidade para a eliminação da presença de pessoas indesejáveis, a sujeira são homens e mulheres não enquadrados na ordem. O Estado Moderno passou a promover instituições que estimulem a higienização social, tornando a ordem uma perigosa compulsão, pois atua no reforço a limpeza de todos aqueles considerados sujos. O mundo retratado nas utopias é um mundo translúcido, sem obscuridade e sem estragos a harmonia social, universo sem sujeira, mundo sem estranhos.

Visto isso, diante do exposto, retratam-se na concretude da realidade social formas de agenciamento dos corpos que atuam sobre as pessoas em situação de rua, uma tríade de dispositivos de saber-poder formada pela polícia, políticas públicas e instituições religiosas, apontando para a força política do saber policialesco, assistencial e religioso. Vislumbra-se o protagonismo da religião cristã nas atividades realizadas no evento, ocorrendo um apagamento e invisibilização das pessoas em situação de rua.

De acordo com Branco (2015), observam-se estratégias políticas fincadas no agenciamento, docilização e domesticação a partir de um arsenal de técnicas disciplinares e biopolíticas a serviço da formação de modos de subjetivação por meio da internalização de padrões socialmente aceitáveis. Atua-se sobre a conduta dos corpos na exigência de que cada gesto, movimento e decisão sejam passíveis de monitoramento. A biopolítica cuida do que deve permanecer vivo, da extração do corpo quase morto para se tornar capital humano.

Desse modo, negligenciaram-se as proposições calcadas nas Políticas Públicas de Assistência Social que visam o empoderamento, a emancipação humana, a conscientização

social sobre os direitos enquanto cidadãos e cidadãs. No percurso ao sair do evento, questionei-me: “Esclarecer dúvidas sobre direitos, apoiar o enfrentamento as questões de violência e degradação da condição humana não deveria ser o papel do Centro Pop?”. Destarte, visualiza-se que o Centro Pop, bem como as outras instituições citadas não se posicionaram no tocante a esclarecimentos sobre os direitos da população em situação de rua, tão pouco foi propiciado espaços de discussão e diálogo dos usuários sobre suas dificuldades, receios, angústias e possibilidades de enfrentamento.

Sublinham-se jogos de inclusão/exclusão, galgados através de uma promessa de inclusão ilusória que aparentemente coloca as pessoas em situação de rua como indivíduos que devem ser assistidos em condições básicas de alimentação (controlada e vigiada) e higienização corporal. Conforme Agamben (2002) há lógicas perversas de inclusão em uma enganosa forma de integração, legitimando a lógica biopolítica em um estado de exceção que captura o direito sobre a vida através do poder soberano dos dispositivos.

#### 4.2 “POR ISSO CUIDADO MEU BEM, HÁ PERIGO NA ESQUINA”: O SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE DOS CORPOS E AS AGONÍSTICAS DA RESISTÊNCIA

Posteriormente ao período de construção de diários de campo que remetiam a análises de implicação, foi realizada uma entrevista com um profissional do Centro Pop de Juazeiro do Norte. De acordo com Brasil (2011), para a implantação do Centro Pop deve se considerar as especificidades do território a partir de um diagnóstico sócio-territorial das demandas locais a partir do conhecimento sobre os modos de vida uma determinada população. O profissional em questão justifica a criação de um serviço socioassistencial dirigido a pessoas em situação de rua devido a um fenômeno religioso recorrente na cidade:

Em Juazeiro existe uma grande necessidade pelo fato de ter um público flutuante, essa Romaria que tem que deixa centenas de pessoas em situação de rua se tem a necessidade de ter um equipamento desse porte. Muita gente nessas romarias vem através da fé, de fato, a grande maioria, acho que noventa por cento. Mas tem muita gente que entra no embalo pra se deslocar, pra ter acesso a alguma outra cidade, pra fazer coisas não legais no meio das romarias como furtos. Então, muita gente vem no intuito da oração, mas também tem muita gente com o intuito de usar de má fé, os grupos religiosos vêm com as pessoas da cidade e muitas vezes permanecem (sic.).

Destarte, relacionou-se a preponderância de uma cultura religiosa a configuração do evento anteriormente citado, negando os fatores relacionados à perspectiva neoliberal da

criação de um espaço para a higienização social, vigilância e gerenciamento biopolítico. Diante do questionamento sobre a relação entre religião e atenção aos usuários, o profissional relatou:

Dentro desse equipamento aqui a gente tem o maior cuidado com essa questão religiosa, não é que nós não tenhamos fé e não acreditamos, sabemos que o Deus é o Deus do impossível. Mas a gente tem esse cuidado justamente por a gente ter um país laico. A gente não pode ‘tá’ levantando bandeira de nenhuma religião dentro de uma instituição pelo fato da gente afastar alguns usuários. Ali naquele evento foi por que foi uma coisa na rua, num “tava” em nenhum estabelecimento público, era uma coisa solta com participação de vários equipamentos, de várias pessoas de várias religiões. Então era um lugar democrático e aberto (sic.).

Apesar desse dispositivo não apresentar atividades de cunho religioso, no evento em questão não houve atividades de outro caráter, o que sedimenta a profunda interlocução entre religião e a prestação de serviços aos usuários. Então, esse discurso não condiz com a realidade experienciada citada anteriormente, uma vez que instituições religiosas foram convidadas para o evento dirigido aos usuários. Em razão disso, destaca-se o poder pastoral dirigido às pessoas em situação de rua, eminentemente cristão, em um espaço que não foi colocado de forma democrática, dialógica e emancipadora. Dessa maneira, como pontua Foucault (2017), o poder pastoral não é exercido sobre um território, mas se refere ao governo dos vivos, estando próximo do biopoder visa à salvação da alma, tendo o cristão a obrigatoriedade de dizer o que se passa nas profundezas da alma, visando a continuidade da obediência aos dogmas.

Abordando as atividades realizadas no Centro Pop, o profissional diz:

O Centro Pop ele num é um serviço de convivência, não é. Já o CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social é um serviço de convivência onde ‘eles tinha’ que trabalhar as famílias, trabalhar as crianças, trabalhar os idosos dentro de grupos de convivência que não é o papel do perfil do Centro Pop. O Centro Pop é o quê? É trabalhar a questão dos direitos do usuário, é efetivar os direitos do usuário dentro dos programas sociais. Então, o usuário ele tem que perpassar por todos os serviços da assistência, assim como por todos os serviços da saúde num é verdade? No caso aqui a gente faz atendimento jurídico, a gente faz atendimento social, a gente faz atendimento psicológico. Não que dentro do Centro Pop seja proibido fazer algumas dinâmicas, ter algumas intervenções desse tipo [...] aqui é pra ver a questão da retirada de documentos, aqui é pra servir o alimento, um café da manhã, o almoço e o lanche da tarde (sic.).

Nesse sentido, em conformidade com Brasil (2011) as principais atribuições do Centro Pop são acolhimento, escuta qualificada, informações e orientações, regaste e fortalecimento de vínculos familiares, articulação com as demais políticas públicas de saúde e assistência social, coordenação de grupos, trabalho e geração de renda, orientação jurídica e acesso a documentação. Diante do discurso acima e do que foi observado, o dispositivo não costuma

cumprir com todas as atividades explicitadas, uma vez que vincula uma maior incidência de atividades realizadas entre profissionais e usuários como característicos de políticas públicas que são serviços de convivência, defendendo que os usuários devem perpassar todos os serviços governamentais ofertados.

Como discute Foucault (2008b), essas circunstâncias estão diretamente implicadas ao conceito de governamentalidade, tendo por alvo das intervenções a população, bem como ao governo dos outros, a uma gama de aparelhos tecnológicos de governo e incidência de saberes massificantes. Trata-se de garantir um ótimo desempenho a população, guardando-a de perigos internos e externos, objetivando o crescimento e a multiplicação das forças sociais. O que interessa a governamentalidade é agir através de uma máquina burocrática voltada ao gerenciamento da circulação da população. Ademais, o profissional relata:

É um espaço também que tem que deixá-los à vontade. Por exemplo, só de deixar eles ali vendo tv é um acolhimento. Passam a noite cansados na rua, e deitam ali e tiram um cochilo e dormem, descansam, tomam uma água gelada, quando termina tem o café da manhã bacana pra ele tomar, isso é um acolhimento. O fato deles estarem no equipamento mesmo que não esteja havendo nenhum tipo de dinâmica, eles “tão” acolhidos [...] Os técnicos “tão” na sala, na medida com que eles estão aqui nesse acolhimento que tem as questões para serem resolvidas eles vem vindo pra sala de atendimento e vão ‘sendo atendido’ individualmente (sic.).

O afastamento entre profissionais e usuários pode estar vinculado às relações de saber-poder, situações em que o saber especializado ocupa um lugar de assunção. Em concordância a isso, Foucault (1979) reflete sobre os saberes dominados, discutindo que há conteúdos históricos sepultados em busca da cientificidade, ocorrendo uma série de saberes desqualificados e considerados hierarquicamente inferiores. Não há relações de poder que não se construam sem campos de saber. A partir disso, Rodrigues (2014) defende a função do arqueogenealogista é iluminar a insurreição dos saberes dominados, isto é, descrever críticas locais, atentando-se para a desqualificação dos saberes por meio da historicização do presente.

Por outro lado, acentua-se no enunciado dito pelo profissional a insurgência da resistência ao poder direcionada as liberdades individuais e coletivas quando o mesmo cita que o acolhimento aos usuários é realizado segundo a criação de um espaço de libertação. A resistência é caracterizada pela produção de lutas e afrontamentos em ações e projetos, na recusa as práticas normativas. Sendo assim, defende-se a ideia foucaultiana de que não se pode atribuir o poder a um sistema de dominação controlador sem nenhum espaço para furos e insubmissão. A liberdade diz não às forças que buscam a eliminação em uma posição de antagonismo e afrontamento contínuo (FOUCAULT, 2006a).

Destarte, no que se refere à relação dos usuários com o uso e abuso de drogas, o profissional afirma: “Muitas vezes nesse período de chuva eles bebem pra poder passar o frio. A gente que ‘tá’ em casa ‘tá’ com frio ‘né’. Imagina a pessoa sem um lençol, sem uma cama, sem uma rede, sem um espaço fechado, debaixo de estação, de mureta” (sic.). Além disso, também justifica o consumo e o abuso de álcool por outra vertente: “Bebem pra fugir do sofrimento e pra tentar dormir, muitas vezes” (sic.).

Nesse ínterim, de acordo com Brasil (2011), vale ressaltar que as situações experienciadas pelas pessoas atendidas no serviço se colocam de maneiras diferenciadas, tal como o alcoolismo e/ou uso de outras drogas, devendo ser consideradas no plano de acompanhamento do usuário para favorecer a reconstrução de novas perspectivas de vida. Em continuidade, evidencia-se a relação da política pública com a questão do auxílio à inserção no mercado de trabalho:

A gente tem trabalhando a auto-estima, a autonomia do usuário. Temos uma parceria com o Cine, um órgão que flexibiliza alguma coisa relacionada ao emprego pra gente ver o que pode fazer pra tirá-lo dessa situação. Eu enxergo como a nossa sociedade de hoje em dia é uma sociedade ainda muito preconceituosa. Nós todos, nós por termos essa cultura, infelizmente, é uma cultura preconceituosa. A gente consegue sim, já conseguimos aqui várias pessoas que conseguiram empregos, mas é com muita dificuldade sabe, quando se consegue de um é uma vitória. Existe um tabu muito grande pelo fato da pessoa ter sido pessoa em situação de rua ou estar em situação de rua. Existe uma barreira muito grande que as pessoas já subentendem como marginal, como alguém que não quer nada com a vida, como alguém que jamais vai poder se reintegrar (sic.).

Nesse ínterim, segundo Brasil (2011), há uma parcela significativa da população brasileira que está à margem do acesso aos bens e serviços, resultantes da massa de trabalhadores não incorporados pela produção capitalista, buscam nas ruas das cidades formas de sobreviver. Por isso, esse serviço socioassistencial, como modo de governamentalidade, incita a produção de fontes de renda e trabalho. Segundo Souza (2017) esse processo de busca por fonte de renda demarca uma (re) territorialização, os corpos são novamente capturados e interditados na criação de territórios singulares, biopolítica feita a céu aberto, sendo moldados de acordo com as demandas do sistema neoliberal. A inserção profissional obstrui o olhar para as desigualdades sociais e a negação de direitos para as pessoas em situação de rua. A captura da diferença permite a homogeneização e o controle da população. O profissional relata:

Nós estamos vivendo um momento agora no Brasil, uma política totalmente contrária a esse tipo de política. Hoje a gente ‘tá’ vivendo um momento de armar a sociedade contra bandidos, em que o próprio presidente do Brasil fala que bandido bom é bandido morto, que não acredita na ressocialização do usuário. A gente tem histórico, pessoas que viveram com drogas, com marginalização e hoje vivem

direitinho, tem sua família, tem sua casa. A gente sabe que existe. Se existe cem e a gente ressocializa um, a gente salva uma vida [...] E os direitos humanos, o que é que vai ser feito? A violência contra as mulheres crescendo absurdamente. Então nós estamos à deriva, a palavra é essa, totalmente a deriva. Num tem nada assim que nos motive, é um país totalmente desmotivado. As pessoas estão adoecendo, as pessoas estão com adoecimento mental e físico. Mas a gente continua nosso papel, a gente continua nosso trabalho, a gente continua acreditando na pessoa, no sujeito (sic).

Refletindo sobre a atual conjuntura política, Agamben (2002) relaciona a noção de biopolítica às estratégias de poder dos governos democráticos, remetendo-se a vida nua. Dessa maneira, o poder soberano se instaura como umbral entre a violência e o direito, pois o soberano decide sobre o estado de exceção, definindo inclusões e exclusões, protege a vida e expõe a morte. Assim, cabe ao soberano a definição sobre até que momento a vida se torna politicamente fútil e irrelevante, relegada apenas ao fator biológico. Em adição a isso, atenta-se para as observações de Foucault (2013) sobre o fascismo, sendo necessário refletir acerca da presença do fascismo que atravessa cada um e em todos, incidindo sobre as condutas cotidianas e fazendo com que o poder seja amado, pelo desejo de dominação e exploração.

No que se refere ao resgate dos vínculos familiares, o profissional afirma: “A gente pode orientar: será que num era melhor você voltar pra casa? ‘Vamo’ ligar pra sua mãe, ‘vamo’ conversar, a gente pode dar a margem, mas a gente não pode forçá-lo, certo?” (sic.). Em defesa da liberdade dos usuários, também diz: “por que a gente trabalha aqui a questão da autonomia, se o usuário quiser ficar na rua ele tem o direito de ficar na rua por que os espaços públicos, justiça nenhuma tira ninguém da rua”. Em virtude disso, configurando-se uma dupla relação entre exercício de poder-resistência, pois incentiva o retorno ao dispositivo familiar, mas compreende a possibilidade da continuidade na situação de rua. Consonante a isso, Deleuze (1999) aponta que um dispositivo é constituído por linhas heterogêneas em constante equilíbrio, são linhas de visibilidades, forças, fraturas, rupturas e fissuras.

No tocante a questão de raça questionou-se ao profissional sobre a preponderância da etnia negra de usuários:

Revista um negro e não revista um branco por questões totalmente de preconceito. Então todos os índices dentro desses equipamentos sociais do nosso país sempre em questão de conquista de direitos, de educação, de política, sempre a raça negra vai se prevalecer, por uma questão histórica. E agora, como a gente falou anteriormente, a tendência é piorar. Espero que a gente se engane, mas o que se fala é contra índio, é contra negro, é contra pobre, é contra gay, é contra tudo. Você vai olhar o quadro de homicídios, a maioria é negra, então o Centro Pop não ai ser diferente (sic.).

De acordo com as estatísticas de Brasil (2008), a população em situação de rua apresenta as seguintes características étnicas: pardas (39,1%), brancos (29,5%) e negros

(27,9%). A população negra, somando pardos e negros é predominantemente maior. No que concerne ao gênero, a população é essencialmente masculina (82%). Não por mera coincidência, a grande prevalência de usuários negros revela um recorte de raça no que diz respeito a características dessa população devido a condições sócio-históricas pelas quais a população negra abarca.

A marginalização da raça negra revela os estigmas e preconceitos que apontam para os sujeitos uma zona de abjeção através do estereótipo construído sobre o seu corpo. Esse fenômeno é sustentado por séculos de construções embasadas em diferenças étnico-raciais em uma sociedade eurocêntrica de desvalorização aos corpos negros. Há um processo de discriminação e tolerância que questiona o direito de existência a corpos negros, herança de um impacto histórico-cultural perpetuado na contemporaneidade mesmo posteriormente a abolição da escravatura (BENTO, 2003).

O abismo étnico-racial constituído através do racismo como pilar para a colonização e exploração negra, ainda se perpetua cotidianamente nas relações de poder. Com isso, Bento (2003, p.27) afirma: "a pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social". Nesse ínterim, Butler (2015) discute que certas vidas não são dignas de serem qualificadas enquanto tal, em razão de não serem concebidas como vidas pelos enquadramentos culturais, não são passíveis de luto, como a vida de homens e mulheres negras. Esses fenômenos também foram observados no Centro Pop, aliados ao baixíssimo número de usuárias. Sobre isso, o profissional levanta hipóteses:

A mulher ela é muito cheia de receio. É dez homens pra uma mulher. Por que a mulher ela cuida da casa, ela trabalha de empregada doméstica, ela lava roupa, ela ... Mesmo ela estando em casa dos pais ela é útil por que ela lava prato, os pais são mais velhos, ela toma de conta da casa. Mesmo sendo usuária de álcool e drogas ela vai, mas retorna por que tem muito de estar na rua por uma questão de violência, por uma questão de gênero, por uma questão de abuso. Então, a mulher, ela se resguarda um pouco mais. Não que não exista, existe muito, mas o índice é menor (sic.).

Outrossim, Hoepfner (2015) afirma que nossa cultura é marcada por normas, regras e padrões sociais que não aceitam as diferenças e as diversidades, sejam elas étnicas, de gênero ou de condição socioeconômica. De acordo com Louro (2013), o profissional do serviço socioassistencial apresentou nessa última fala um discurso patriarcalista, que vincula o gênero feminino aos cuidados com a família e aos afazeres domésticos. Visualizam-se as mulheres em um processo de pedagogia biopolítica dos corpos que introjetaram as normas dadas ao papel social feminino, corpos disciplinados, submissos, inferiores, reservados e comidos.

#### 4.3 “MEU NOME NUNCA PRONUNCIADO, O MEU DESASSOSSEGO ENTRE MARGENS”: AS NARRATIVAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

As entrevistas narrativas foram realizadas com usuários do Centro Pop de Juazeiro do Norte, quatro pessoas do sexo masculino e duas do sexo feminino. Visando proteger os sujeitos da pesquisa no que se refere à confidencialidade de suas informações serão dados nomes fictícios as pessoas em situação de rua. Os nomes fictícios são em homenagem a autores da literatura brasileira, devido aos traços de regionalismo e aos atos de debruçamento sobre a realidade local durante a pesquisa, tendo sido escolhidos: Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, José de Alencar, Carlos Drummond, Clarice Lispector e Raquel de Queiroz. De acordo com as narrativas, apareceram temas recorrentes: família, relação com o álcool, crack e outras drogas, religião, trabalho e violência.

Para Foucault (2008b) a família é um componente interior da população e opera como um instrumento de governamentalidade, pois os mecanismos de poder são indissociáveis a todas as relações. Os pais de família devem saber a arte de governar não apenas os bens, mas as formas pelas quais os indivíduos são dirigidos, poder com uma multiplicidade de finalidades referentes à riqueza da família e a pacificidade por meio da vigilância. Sobre isso, Guimarães conta: “Quando ‘tava’ bebendo eu ‘tava’ usando lá e levava amigo. Noite toda, aquela farra toda ‘aí’. Um irmão meu parou e disse: ou você vai voltar a dormir na rua ou então não ‘vamo’ deixar você dormir” (sic.). E Graciliano acrescenta: “a gente fica com vergonha, com receio de voltar pra casa, por causa ‘das coisa’ que já fez dentro de casa na época que eu usava droga” (sic.).

Em adição a isso, Vieira *et al* (2010) afirma que as pessoas em situação de rua perpassam um processo de exclusão social perante a culpabilização da família diante do desemprego e/ou da situação de drogadição, tendo a fragilização e o rompimento dos vínculos familiares. Essas considerações são consonantes ao relato de Clarice: “Me chama de bêbada, me chama até de coisa que eu não sou: ladrona. Num roubo, sou mais pedir. Eu peguei e escolhi ficar ‘nas rua’. Já comecei a sair de casa com uns ‘nove ano’” (sic.). Além disso, José, pai de dois filhos e divorciado, salienta o sentimento de solidão e abandono da família após o desemprego:

Nunca a família acredita que você ‘tá’ naquele batente. Acha que você ‘tá’ bebendo, acha que você amanhece o dia e você não corre atrás, acha que você ‘tá’ nesse ramo é por que você quer, é por que num tem outro objetivo, focou só naquele negócio por que tem quem ‘dê’. Se você botar na cabeça o que a família diz, ‘tá’ perdido, ali você vai se afundar mais ainda de desprezo. É triste. É, falta de esperança. Não tem

apoio, eu não tenho apoio. Eu tenho família, mas pra mim é ‘mermo’ que não ter. Como se eu fosse o problema de tudo (sic.).

Em conformidade a isso, Vieira *et al* (2010), trata-se da privação relacional atrelada as dimensões econômicas e sociais. Dessa forma, geralmente, a população em situação de rua se percebe como impossibilitada no que diz respeito à participação nos relacionamentos familiares e comunitários e ao perder seus vínculos sócio-afetivos básicos, buscando estratégias para a sobrevivência. A existência humana é negada aos sujeitos e grupos que não interessam a sociedade neoliberal, sendo negadas as suas necessidades e desejos.

Segundo Furini (2010), no império da competitividade, abandonar alguém é uma maneira de se livrar de um fardo, pois esperar o outro se erguer novamente predispõe tempo e tempo é capital, dinheiro. Estar abandonado representa uma involução, pois demanda a criação e adaptação diante daquilo que ainda resta, a novos modos possíveis de organização. De acordo com José: “Devido o desemprego, a eu chegar ‘nas porta’ e não conseguir, chegou um ponto de minha família me deixar, tanto que minha família hoje mora fora, mora em Sergipe, Aracajú” (sic.). Em analogia a isso, recorre-se a Foucault (2001, p. 53) que discute sobre exercício de poder na família, tendo por função corrigir as distorções da norma:

[...] o quadro de referência do indivíduo a corrigir é bem mais limitado: é a família no exercício de seu poder interno ou na gestão de suas economias; ou, acima disso, é a família em sua relação com as instituições que a amparam ou a apoiam. O indivíduo a ser corrigido surge nesse jogo, nesse conflito e nesse sistema de apoio que existe na família, e também com a escola, com a fábrica, a rua, a vizinhança, a paróquia, a igreja, a polícia, etc.

Nesse contexto, verificou-se também o sentimento de vergonha diante da situação de rua. Carlos confessa: “Eles perguntam como é eu ‘tô’ e eu só digo que ‘tô’ bem mais eu nunca cheguei e avisei: minha irmã ‘tô’ passando fome, eu ‘tô’ isso e aquilo não” (sic.). Em um discurso similar, Graciliano diz: “Se ‘eles soubesse’ eles poderia vir até aqui me procurar, mas eu não vou, não vou ficar dando preocupação a eles ‘né’? Já basta o que eu fiz com eles. Agora eu não quero mais dar preocupação pra ninguém não” (sic.).

Assim como aponta Mendes e Horr (2014), a dependência do álcool, crack e outras drogas ocasionam a fragilização dos laços familiares, afetivos e sociais, assim como dificultam a manutenção de produção de fontes de renda. Essas questões corroboram com a fala de Guimarães:

Se eu triscar na bebida, ‘aí’ uma coisa puxa a ‘ota’, ‘aí’ se eu beber dá vontade ‘deu’ usar é só a ‘peda’, num tem maconha de novo, pó, já usei antigamente mas parei que a ‘peda’ é o fim do estágio. O maior buraco do mundo é o da lata, foi minha casa, foi minha família, foi tudo. Sou pai de família, eu tenho um filho e já

vai fazer uns ‘seis ano’ agora em agosto que perdi por ‘causi’ da bebida e a droga, não conseguia parar um mês, ‘aí’ vivi ‘três ano’ e até que chegou o fim do relacionamento. ‘Aí’ a gente perde a família, ‘tava’ trabalhando, ganhava ‘setecentos real’, pagava aluguel, tudo ‘certim’, ela ajudava também. Mas quando eu pegava o dinheiro dava metade a ela e minha metade eu ‘coisava’ e pronto (sic.).

Ainda sobre o que se refere à ruptura dos vínculos, Clarice narra: “Eu perdi dois filhos pro Conselho que através ‘deu’ usar droga, o pai usando droga em frente deles” (sic.). Em sua relação com o processo de drogadição, a mesma acrescenta: “Usei ‘várias droga’, até na veia eu já usei [...] Comecei quando não existia o crack, existia a mela, eu tinha ‘nove ano’. Eu usava escondido da minha mãe. Quem usa nunca deixa, dá um tempo” (sic.). Tal afastamento familiar devido à dependência química também foi ressaltado no discurso de Graciliano: “Comecei a beber, depois comecei a usar droga e saí ‘pras rua’, num voltei mais não, fiquei na rua, na época, crack” (sic.). Já Raquel fala que os motivos concernentes ao afastamento do convívio social devido às tentativas de abuso sexual de seu pai:

‘Minhas família’ são ‘umas família’ tudo mal organizado, num tem união. Não tem, não tem nada. Pai querendo ter relação com ‘fi’, é ‘fi’ que fica com raiva de pai, é pai que fica com raiva de ‘fi’. Como eu vejo, muito pai de família ‘aí’ tem ‘suas filha’ ‘mulhé’, tem. Vejo que são tudo unido. ‘Umas pessoa’ unida. Eu vejo que pai abraça filha, mas não é com mal intenção, já meu pai quando ia me abraçar ele já era com mal intenção, eu ficava com medo (sic.).

Por outro lado, José traz sobre sua experiência com o álcool: “Às vezes bate a lembrança de um ‘fi’, de quem era eu e isso não vai resolver, mas pra mim é um sono que eu durmo por que chegou um tempo ‘deu’ não dormir de noite, é um desabafo”. Isso corrobora com as discussões de Barbosa (2017), acreditando que as pessoas em situação de rua que atrelam o abuso de álcool como forma de fugir da realidade experienciada, uma vez dada à condição de vulnerabilidade socioeconômica e o sofrimento ético-político, suprimindo o vazio e alcançado sentidos para a sua vida.

Destaca-se a incidência de um discurso médico sanitário proibicionista no que concerne ao uso e abuso de álcool e/ou outras. De acordo com Torcato e Ribeiro (2015), enquanto as drogas remetem ao entorpecimento, os ditames do neoliberalismo clamam por sobriedade, empreendedorismo e disciplina. Há jogos estratégicos operados pelas políticas públicas para a governamentalidade de condutas individuais e coletivas em suas ações através de discursos e práticas de poder visam que os próprios indivíduos governem a si mesmos. Observou-se a concretude dessas intervenções biopolíticas a partir da narrativa de Guimarães: “Lá no CAPS a pessoa entra de ‘oito hora’, sai de ‘quatro hora’ da tarde e lá é pra tratamento

‘mermo’ mas quer que a pessoa pare de fumar ‘. ‘Aí’ pra fumar ‘cê’ vai escondido ali, ‘aí’ de vez em quando pegava um no banheiro ‘chei’ de fumaça: ‘tava’ fumando Guimarães?’” (sic.).

Acentuando a diferença entre o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS Ad) e o Centro-Pop, Guimarães diz que foi incentivado a frequentar o serviço devido ao relato de um amigo: “Tu fica lá e o portão é aberto. Você merenda e pega só a ‘fichazinha’ pra ‘coisar’ e você pode beber um café. Lá você pode sair, fumar um cigarro. Por isso que eu gostei daqui” (sic.). Percebe-se que apesar das sutis estratégias de disciplina mencionadas, o Centro Pop atua como espaço de apoio, conforto e liberdade aos usuários. Graciliano declara: “é um lugar que dá apoio pra nós, quando a gente precisa de algum encaminhamento pra ‘ir no’ posto de saúde, tirar um documento, alimentação, higiene também que tem banheiro pra nós tomar banho, ‘essas coisa’ que é importante pra nós que é morador de rua” (sic.).

Todavia, a política de redução de danos, bem como as propostas de abstinência total, tal como observadas acima pelo CAPS Ad, aludem a uma biopolítica por meio de dispositivos de normatização, transformando os usuários em empreendedores de si e enaltecedores de um *marketing* pessoal para a venda do seu capital humano. Nessa perspectiva, o corpo é adestrado através da eficiência dos sistemas de controle para o prolongamento da vida, uma população saudável, normatizada e produtiva economicamente para a conversação e desenvolvimento de forças políticas. A gestão calculada da vida, em seus esforços para a manutenção da saúde e para a extração da lucratividade, operando-se uma administração dos corpos mediante a maximização das forças e a potencialização da eficiência (FOUCAULT, 2014a).

Em referência a isso, acentua-se o relato de José: “Minha droga é álcool. Assim mesmo eu dei uma parada ultimamente que eu ‘tava’ vendo que não tinha futuro, que ‘tava’ me desvalorizando” (sic.). Ele atrela a sua imagem social e a falta de oportunidades a essa questão: “muita gente que me conheceu no passado me dava conselho pra eu sair dessa vida, ‘tava’ acabando com a imagem. Por que o álcool difama qualquer pessoa ‘né’? Às vezes você deixa de conseguir uma coisa divido isso” (sic.). Nesse sentido, Graciliano discute sobre os obstáculos que as pessoas em situação de rua enfrentam para alcançar um vínculo empregatício:

A gente não tem chance de um emprego, que nem vai dar um emprego pra um morador de rua não, todo mundo vai ficar meio desconfiado. Falar: ah, eu vou botar esse cara aqui pra trabalhar na minha firma, ele vai e leva e é ladrão, por que a maioria que mora na rua não rouba ninguém, só faz pedir. Mas muita gente da sociedade num vai dar oportunidade pra nós não. Só se for pra outra cidade que o povo não me conheça e chegar lá eu não for morar na rua por que eles vão querer dar um emprego pra mim. Mas ‘aí’ quem ‘tá’ morando na rua aqui não arruma não. Por que quando vai deixar um currículo pra ‘trabaiá’, quando chegar lá vai o

endereço, 'aí' vai dizer onde? Praça 'fulano' de tal? Quem é que vai dar serviço pra uma pessoa que mora na praça? De rua? Ninguém vai dar (sic.).

Os processos sociais excludentes disseminam uma dimensão da representação social que diz respeito ao modo com que os indivíduos ou grupos sociais são visualizados pela sociedade. A população em situação de rua é tida como desviante, corpos desnecessários, corroboram para a conturbação das relações sociais, culminando na predominância da lógica de desumanização e vinculação dessas pessoas ao lugar do estranho. Devido à dificuldade de aceitação e tolerância a diversidade, paulatinamente, esses indivíduos e grupos passam a ser socialmente ameaçadores, perigosos, bandidos e violentos em potencial, incitando-se o medo são apontados como um risco para a harmonia e ordem social (VIEIRA *et al*, 2010).

Segundo José, em suas buscas por trabalho, dizer que é usuário do Centro Pop se torna um fator agravante para a contratação, dizendo: “Se disser que eu vim do Centro Pop e que eu ‘tô’ em situação de rua ... ‘Vixe’, já é discriminado”. Ainda mais, continua falando sobre seu sofrimento em torno disso: “É tanto que eu tenho muitas promessas de emprego, mas quem ‘veve’ de promessa meu amigo, me perdoe ‘os devoto’ de Juazeiro, éromeiro. Um mundo de ilusão, eu acho” (sic.).

Consonante a isso, Clarissa descreve o conflito tido em uma situação de mendicância com um transeunte: “Tão nova, boa de ‘trabaiá’, não precisa ‘tá’ pedindo que é nova, pode ‘trabalhá’. Pois arruma um emprego ou então um local pra nós ficar. Que coragem de trabalhar nós tem, falta serviço. Que nada, vocês num vai atrás por que vocês são vagabundo” (sic.). Dessa maneira, atrelando o estado de rua a vadiagem, reforça-se conforme Foucault (2008a) a introjeção biopolítica do corpo-empresa pelo transeunte e a incorporação da racionalidade neoliberal para transformar a si mesmo em um corpo-máquina.

Em conexão a isso, identificaram-se discursos que remetem a lugar de meritocracia, reconsiderando modos de subjetivação neoliberais. Para Guimarães: “Eu tenho que fazer minha vida, agora comparação, eu ‘tô’ na situação de rua por quê? Por causa de mim mesmo. Por que eu tenho capacidade é só eu parar de beber” (sic.). Carlos expõe: “Eu quero adquirir uma coisa minha, do meu suor pra eu poder ir embora ou então me adaptar por aqui” (sic.). José também ressalta: “Se um cara que corre todo dia já ‘tá’ dificultoso e se você cruzar ‘os braço’?” (sic.).

Esses relatos fazem menção ao que é explicado por Furini (2010), descrevendo que a resposta a representação social para a população em situação de rua seria repleta de dualidades, continuidades e descontinuidades: castigo/vitimização e culpa/inocência. Emparelhando três dispositivos de saber-poder, a saber, trabalho-família-religião, Carlos

expressa: “O trabalho pra mim é muito importante, significa muita coisa pra mim, primeiramente Deus, se você não trabalha, você não ‘veve’. O que seria de minha família e dos meus filhos, eles iam comer o quê, iam ter o quê ‘né’?” (sic.).

O usuário atrela a sua felicidade a conquista de um trabalho e aos desígnios de Deus: “Vou ‘tá’ mais sossegado se Deus quiser, quando eu arrumar um emprego e alugar minha casa e, buscar minha família e ‘aí’ vou viver feliz. Hoje me encontro assim, sem nada, desempregado, mas a qualquer momento Deus pode melhorar a minha vida de novo” (sic.). Salienta-se que todos(as) os(as) usuários(as) narraram a fé cristã e a importância dos voluntários de congregações e organizações não-governamentais que oferecem alimentações, aconselhamento religioso e cuidados a higiene corporal. A respeito disso, Graciliano declara:

Pra nós, eles são muito importantes. Todo dia vem alguém dando uma comida pra gente a noite, principalmente à noite ‘eles passa’, sopa, coberta, roupa. Todo dia eles vêm, quando não é evangélico, é católico. Um dia vem um grupo, outro dia vem outro, sempre vem. Todo dia eles vêm, chovendo ou sem chuva eles vêm. Nas praças, deixa ‘as família’ deles em casa e vem fazer alguma coisa por nós ‘né’. Já que ‘as autoridade’ num faz eles faz ‘né’ (sic.).

As pessoas em situação de rua trazem em seus discursos e ações marcas da religiosidade, expressando a fé de que Deus irá salvá-los da situação de miséria. Deus aparece na figura de voluntários que os ajudam cotidianamente a se reerguerem. Dessa forma, a religiosidade aparece como uma fonte de sentido e possibilidade de superação, sendo a pessoas em situação de rua assistida por grupos religiosos que atuam na prestação de serviços de caráter assistencialista e no convite a cultos e orações (GUIMARÃES, 2010).

Como afirma Russi (2015), as técnicas de si/tecnologias de si passam pela interferência do poder pastoral. Os sujeitos realizam operações sobre o seu corpo e alma, condutas, pensamentos e formas de ser, transformando a si mesmos para lograr o alcance da felicidade, sabedoria e pureza. Isso condiz com a narrativa de Raquel: “Só quem vai saber da caminhada nesse mundo agora é só Deus” (sic.). Esse discurso se aproxima do que é dito por José: “A gente ‘veve’ nessa crença, por que vive de esperança de um dia Deus vai de abrir as portas, num ‘tá’ danado, ele não botou só um ‘fi’ no mundo” (sic.).

Governar se situa como exercício da ação mediante as ações possíveis. No poder pastoral, reforça-se o desenvolvimento de técnicas voltadas para os corpos e destinadas a sua direção de modo contínuo e permanente. O pastor atinge os atos e pensamentos íntimos dos fieis, fazendo com que a vigilância seja dada pelo exame da consciência. O Estado Moderno fabrica uma nova forma de poder pastoral, ao integrar os cidadãos em uma rede de

individuação composta por trabalho, família e corpo, promovendo práticas dirigidas à saúde física e a segurança sócio-política (SANTIAGO, 2013).

A implicação entre governamentalidade e poder pastoral é explicitada por José:

Já aconteceu ‘deu’ desacreditar que existe fé, que existe Deus, mas através ‘duns irmão’ que a gente conhece ‘aí’ de instituições, ‘eles abre’ a mente da pessoa, dão um conselho, dão uma palavra de conforto, ali você já muda, já volta a ser quem é sabe. Todos que você entrevistar esse ponto eles vão abrir, vão falar a ‘merma’ coisa. Se não fosse muitos ‘irmãozim’ que ajuda a gente, o que seria da gente também? Nada (sic.).

Consonante a isso, Carlos relata:

Eu ando direitinho, não uso droga, não fumo, não pego nada de ninguém, graças a Deus, sou uma pessoa humilde, pobre, mas fui uma pessoa bem criado graças a Deus. E o que vale hoje em dia na pessoa é a honestidade, se não tiver honestidade a vida não vale nada. ‘Aí’ eu vivo ‘aí’ nessa vida na paz de Deus e na tranquilidade do momento graças a Deus eu sou feliz, pelo menos que graças a Deus nunca fui preso nem ninguém me acusou de nada, minha vida é normal (sic.).

Nessa lógica, Costa (2018) anuncia que a figura de Deus aparece como amparo, fio condutor para a salvação e pastor de homens, reunindo, conduzindo e guiando o rebanho, investindo sobre a ausência de conflitos. Há uma relação de dependência entre dirigido-dirigente, sendo o pastor aquele que vela e cuida fornecedor de comida e capaz de comandar subterfúgios para suprir as necessidades básicas da vida. As práticas de poder modernas fundam a ideia de que é necessário governar os indivíduos em seus detalhes, esse exercício de poder se autonomiza e se engedra nas relações, regendo técnicas e procedimentos. Governando corpos e almas, na interlocução entre governamentalidade, neoliberalismo e poder pastoral, constroem-se modos de subjetivação compromissados com práticas de poder assujeitadoras.

No tocante a isso, Guimarães afirma:

Eu leio a Bíblia desde os ‘quinze ano’ de idade [...] Tem um filósofo, acho que é Confúcio que diz: ‘o tempo antecede o relógio, a verdade antecede qualquer ciência e Deus antecede qualquer religião’. Não importa a pessoa ser evangélica, católica ou ateu que ateu é que não crê em nada, até o demônio sabe que ele existe e treme. O único caminho pra pessoa sair, por que a pra pessoa sair do alcoolismo, ‘das droga’, tem que ter ajuda de alguém que a pessoa sozinha num sai. Quando eu ‘tô’ querendo beber, ‘aí’ eu me isolo de todo mundo, num tem? ‘Aí’ eu fico ali com meus ‘livrim’ bíblico. Quero logo entrar numa Igreja e ficar indo todo dia pra ter uma ocupação na vida. O dia por aqui, a noite já ir pra Igreja (sic.).

“Li uma vez que lugar pra viver é dentro de casa junto da família, perto ‘das pessoa’ que realmente gosta da pessoa. A pessoa tem que construir uma família, que nem tem na

Bíblia. Você tem que deixar pai e mãe, se unir a sua esposa e fazer sua própria família” (sic.). Esse discurso é parte da narrativa de Guimarães, quando conta que deseja sair da situação de rua e construir a sua própria família e remete isso ao discurso religioso. Assim, um biopoder imposto as relações afetivas, fora dos muros institucionais.

Ademais, no que tange a violência, Carlos narra:

A gente tem medo ‘né’. Eu só tenho dificuldade assim pra dormir sabe, que eu não durmo direito às vezes assustado com medo de alguma coisa acontecer. A gente não tem uma paz, uma tranquilidade, mas dá pra ir levando até Deus um dia mostrar um meio de vida melhor. Chega um mau elemento atira uma pedra na sua cara, ou então lhe dá uma furada, ou então, ‘as vez’ até toca fogo em você como já aconteceu não só aqui como em outros estados ‘aí ‘o medo que faz mais é esse. Não aconteceu comigo, mas com muitos conhecidos meus já, a polícia chega e espanca ‘as pessoa’ mesmo eles estando ali quietos acontecem deles chegar, aquele guarda civil (sic.).

Sobre o tema, Chauí (2013) discute que a violência brasileira é dirigida aos corpos representados socialmente como violentos e perigosos. Há a legitimação e naturalização da violência devido à desconfiança e periculosidade remetidas às pessoas em situação de rua. Ainda mais, as práticas policiais associadas à agressão são apoiadas e naturalizadas pela sociedade, uma vez que são vistas como capazes de proteger os cidadãos de bem dos delinquentes e marginais. Em alusão a isso, Graciliano ressalta:

Só basta parecer com um morador de rua. ‘Cê’ vê mal trajado ou sempre com a bolsa ‘nas costa’ ou pelo canto, quieto, triste, alguma coisa assim ou bebendo, essas ‘coisa aí’. A gente sofre um pouco, tem a abordagem de muito policial, muita discriminação, mas é o único lugar que tem pra gente ir, o quê que a gente pode fazer? Ninguém quer voltar pra casa, nenhum morador de rua quer voltar pra casa não, que não aceita a família, o que ‘os outro’ parente vão dizer. Acontece que ‘as vez’ a gente ‘tá’ num canto, eles num quer que fique ali numa praça, principalmente numa praça num pode ficar sentado, se eles ver com uma bolsa ‘nas costa’ eles já vem com violência. Manda sair, se não sair, se demorar muito pra sair eles já vão com violência, bate de cassetete, já vi eles batendo até em mulher idosa. Tem gente que quando a gente vem que eles vê, eles saí de perto, muda de caminho com medo, acho que com medo da gente roubar alguma coisa deles, preconceito moça (sic.)

Dessa forma, o sujeito se torna inimigo do Estado, a expressão das relações de poder dadas a partir da luta, da guerra silenciosa política ou aos gritos pelo derramamento de sangue. Michel Foucault (1999, p. 305) explica ao discutir sobre o racismo: “Quanto mais você deixar morrer, mais por isso mesmo, você viverá”. Assim, de acordo com Almeida (2016), a morte do outro significa a morte da raça ruim, inferior e a garantia da segurança pessoal, sendo o que vai deixar a vida mais sadia e pura. Em uma zona de indiferença, o poder soberano decide sobre o estado de exceção. Em uma zona de indiferença, o *homo sacer* (vida

nua) é aquele excluído da vida política, qualquer um pode vir a matá-lo, não se configurando como homicídio, sem cometer um sacrifício. Ser sem direitos, matável, seu fim não gera responsabilidades jurídicas a ninguém. Ainda no que tange a violência, José destaca a presença do medo nas ruas:

Acontece um roubo, a polícia chega de noite, ali todo mundo é revistado, quem deve vai preso, quem não deve vai preso. Se tiver que um apanhar apanha todo mundo. Ali no outro dia num pode ficar ninguém, tem que caçar um outro canto pra dormir. ‘As vez’ leva chuva, ‘as vez’ num come (sic.).

O biopoder é um poder sem rosto, é impessoal, mas muitas vezes, a face mais apropriada para a sua representação é a polícia. O anonimato produz o exercício do poder, a assunção da vida pela política forma o biopoder, expõe a vida de populações à violência. No estado de exceção, o fazer viver também representa o deixar morrer, a vida nua excluída da jurisdição humana. A vida nua ou a vida sacra é sujeita ao poder da morte, a exposição à violência na relação de abandono. A polícia é um instrumento estrutural da polícia, açoitado em potência, não é somente uma instituição estatal. Portanto, a violência policial se tornou o sustentáculo da violência no mundo contemporâneo (ROSA, 2012).

Se o psicólogo quiser ‘mermo’ ver ele vá atrás na Igreja. Fique prestando atenção lá, que aqui não vai ver nada não, aqui ‘nós tamo’ tudo limpinho, tá tudo quietinho assistindo televisão, mas na rua vai ver, principalmente na Matriz onde eu fico muito. De vez em quando ‘eles para’, dá um ‘baculejo’ na gente, tem algum mais alterado por causa da bebida e ‘eles espanca’ (sic.).

O trecho acima se remete a uma fala de Graciliano, que corrobora para a leitura biopolítica à luz de Rosa (2012), apontando para a uniformização das diferenças e o extermínio dos estranhos, afirma-se a compulsão pela ordem e a administração do corpo das populações, no direito de fazer viver e deixar morrer. Enquanto a vida de uns é cuidada, é autorizada a morte de outros, de modo a fazer com que a violência seja disseminada por todo o corpo social. A vida nua é encontrada em todos aqueles(as) marginalizados, representam um inimigo comum, banidos da sociedade e abandonados pela lei, estão sujeitos a arbitrariedade da violência. Se a biopolítica tem por objeto o corpo vivo, o objeto da polícia é a manutenção da ordem, a vigilância da população através da coação e a repressão de toda vida desordenada. Ainda em consideração a violência sofrida por pessoas em situação de rua, interpõe-se o seguinte relato:

Me queimaram, sou cheia de mancha de ponta de cigarro. Eu dormindo na rua, chegaram já a botar uma arma em minha cabeça e apertar e num sair nenhum tiro. Disseram que já que seu marido num ‘tá’ aqui, você vai morrer no lugar dele [...] Já

chegou até ‘uns povo’ dizer assim: ‘bora pra algum evento’. Passou por onde é e eu disse a mulher: a Toca de Assis é bem aqui, ‘né’ pra onde você ‘tá’ levando nós não’. Foi onde ela botou um pano, eu peguei e desmaiei. E depois disso eu não me lembro mais de nada, me deu um ‘brancão’, acordei dentro dos matos. Depois disso eu já vi a ‘mulhé’ e tudo mas eu não tive coragem de perguntas ‘pelas menina’ que eu nunca mais vi [...] A rua é péssima, não presta, já aconteceu comigo, pegar e se acordar, roubar ‘mulambo’, roubaram ‘minhas roupa’, eu só ‘tô’ com essa. Chegava ‘lagava’ lá a ‘mãozada’ na cara da pessoa, até tocar fogo. Um passa, outro xinga. ‘Os povo’ julga ‘umas coisa’ que você não faz: beber, fumar e usar droga (sic.).

Clarice mostra as marcas físicas e simbólicas da violência em seu corpo, queimaduras e cortes. Além da violência anônima das ruas, aponta para a violência doméstica: “Essa grande foi o pai da minha filha que tocou fogo na minha casa e pegou fogo ‘neu’” (sic.). Diante disso, expressa que almejaria ser um homem, pois se percebe vulnerável e frágil: “Mulher não tem defesa pra, pra ninguém. Mas homens tem defesa, se chegar um homem e der um murro na mulher, a mulher num tem defesa pra homem, ele mata” (sic.).

Já Raquel relata as tentativas de abuso sexual sofridas pelo seu pai:

Essa mágoa eu ‘tô’ carregando desde o colo da minha mãe. Ele queria que eu me servisse de, de mulher pra ele. Fui deixar água, ele ‘tava’ nú. Queria por que queria que eu tivesse relação sexual com ele [...] Ele se virou pra mim e falou: ‘tu num sai com ‘os oto’? O quê que tem tu sair comigo?. Em outra situação era assim, eu ficava em casa, pegava e começava a ‘barrer’ a casa. Foi na hora que eu senti aquele negócio pegando aqui por de trás, na hora eu olhei e tomei um susto. Na hora que foi pra mim gritar, pra mim pedir socorro, ele tampou minha boca, aquele cão. Ele disse: ‘Agora ficou só nós dois’. Peguei e lasquei a mordida no braço dele e corri. Corri assustada, corri. Não denunciei ele não por causa de quê se eu tivesse ido, eu sei que ‘as coisa’ ia ficar era mais pior’. Ele não suporta me ver com homem nenhum. Se fosse possível ele fazia uma ação ali, voava em cima. Acho que ele não quer demonstrar o monstro que ele é. Por isso que ele morre de raiva de mim, por causa que eu nunca dei essa oportunidade dele chegar em mim, ele me agredia do nada. Pra ele eu num presto, eu sou vagabunda, drogada, sou tudo no mundo (sic.).

Os relatos de Clarice e de Raquel retratam o caráter de abjeção pontuado por Butler (2003) é concretizado no corpo feminino, vinculando-se a objetificação do corpo feminino, interligada a violência de gênero. A violência de gênero é pontuada por Araújo (2002) como fundamentada na preservação da hierarquização e das desigualdades de gênero que naturalizam a violência operada por homens e a submissão de mulheres. O abuso sexual é constituído por três características: o exercício da violência, a confiança que a vítima apresenta no agressor e o uso delinqüente da sexualidade, usurpando o direito da mulher sobre o seu corpo. Acrescenta-se: “quando minha irmã me procurava eu ‘tava’ lá dentro ‘dos mato’. Eu via ‘os mato’ quebrando assim como se fosse ele que tivesse vindo atrás de mim. Cada vez mais eu me socava mais pra dentro ‘dos mato’” (sic.).

De acordo com Foucault (2006a, p. 237) “uma relação de violência age sobre um corpo, sobre coisas: ela força, ela dobra, ela quebra, ela destrói”. Entre a violência citada e a relação de poder operada pelo dispositivo patriarcalista, surgiram formas de resistência: “Eu disse: mãe, vou caçar o meu destino, do jeito que Deus quer. E eu segui minha vida” (sic.).

Ademais, José conta traz o sofrimento ético-político-antropológico pormenorizado por Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) como aniquilamento social e precariedade da construção de novos horizontes de futuro em sua vida:

Minha vida se tornou um pesadelo, tem hora que eu amanheço o dia e não sei o que fazer. Você bate numa porta num abre, ‘aí’ você vai com aquilo na cabeça: não, mas, se eu bater na outra porta vai abrir. Deixe que você bate na outra porta e também é um não. Cada vez que eu ‘dô’ uma passada a frente pra ver se melhora a minha vida, parece que eu ‘tô’ voltando é pra trás. Hoje em dia você só vai pra frente se tiver apoio de alguém, uma mão, um amigo, nós que ‘veve’ nessa situação aqui, ninguém acha quem dê a mão. É que nós somos desvalorizados, a verdade é essa. Viver de ilusão, a gente espera amanhecer um dia de ‘as coisa’ ser mais fácil do que o dia anterior. Deixa que quando não é do mesmo jeito, é pior (sic.).

Nesse viés, sobre formas de resistência a discriminação social, Graciliano explica: “A gente nem liga muito não, a gente num quer nem saber não por que problema deles, quem ‘tá’ doente é eles ‘né’ nós não, eu não poso fazer nada por eles não” (sic.). Além disso, Raquel salienta:

A gente tem a procura dos sonhos ou de um jeito ou de outro. Pra pessoa querer de verdade uma coisa na vida, a pessoa tem que batalhar. Eu num gosto de ‘tá’ muito assim dentro de casa também não, atrás de família não. Eu não gosto de muita zuada na minha cabeça. Eu gosto de ‘tá’ assim, eu gosto de viver dependente de mim, eu gosto de depender de mim, negócio de querer ficar em casa?! (sic.).

Em similaridade a isso, Graciliano conta que há um albergue na cidade de Juazeiro que tem uma postura seletiva no que se refere ao abrigo das pessoas em situação de rua, mas que devido à postura policialesca desse dispositivo, prefere não frequentá-lo:

Se chegar lá, olhar sua cara e for com sua cara, entra. Se num for, ele não entra. Nós num quer nem ficar nesse lugar, é igual a uma cadeia. ‘Nós prefere’ ‘tá’ mais livre. Por que tem o horário pra ir dormir, tem o horário pra se acordar. Tudo tem que fazer com ‘as regra’ dele. Então pra mim, um lugar assim é igual a uma cadeia. Tudo tem regra, tal hora ‘cê’ tem que dormir oito horas da noite, cinco horas da manhã sai. É a ‘merma’ coisa do cara ‘tá’ pegado pela polícia, tem um guarda que é o monitor. Acho que eu nem acostumo mais nem em casa. A rua é como se fosse minha casa. Eu nem ligo mais não, tenho mais nem vontade de voltar pra casa não, já tive oportunidade várias ‘vez’ de voltar, mas eu não quero mais voltar não (sic.).

Diante dos trechos expostos, entrelaçam-se as formas de resistência situadas pela teoria foucaultiana em sua estética da existência sendo formulada como um modo privilegiado de reflexão sobre os modos de viver e de ser, fazendo da vida uma expressão de uma obra de

arte. Assim como o exercício de poder, as formas de resistência marcam os modos de subjetivação. O cuidado de si anuncia a busca por uma existência em contraposição à normalização e a imposição de modelos normativos. Combater as forças de dominação remete a um trabalho sobre si, em torno do que é proposto como modelo identitário, ao invés de uma luta contra a disciplina. Debruçar-se sobre a constituição do sujeito é o modo mais potente de denunciar os perigos sutis e explícitos do presente (NARDI; SILVA, 2014).

Nesse panorama, para Nardi e Silva (2014), tal perspectiva ética é uma ferramenta de luta nos jogos de poder, em subversão aos dispositivos que primam pelo assujeitamento na defesa do neoliberalismo. Refletir sobre a relação entre ética e subjetivação na contemporaneidade é desnaturalizar as estratégias de poder e dominação. A ruptura propicia a desconstrução de novos regimes de verdade e transformam os jogos de poder.

A transformação é possível através de um re(centramento) da discussão política, produzindo efeitos de deslocamentos e fissuras ao revelar regimentos e denunciar opressões, expondo-se a navalha da verdade, criando diversos modos de subjetivação através de desvios, rachaduras e deslocamentos. Conforme Garcia (2013) acrescenta-se que o povo difere da população simplesmente governada, a vida nua habita o povo, portadores de fraturas fundamentais, pessoas que não são simplesmente incluídas e absorvidas. Assim como os cínicos, as pessoas em situação de rua mostram a verdade por meio do escândalo das suas próprias vidas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das tessituras expostas, buscou-se problematizar trajetórias descontínuas e dispersas das relações de poder e de resistência de pessoas em situação de rua, consideradas vidas nuas e por isso, objetos de violência e abjeção sem direito a dignidade humana. As estratégias de biopoder aplicadas às pessoas em situação de rua são aplicadas por múltiplos dispositivos de saber-poder: neoliberalismo (reforçador de produtividade socioeconômica), as políticas públicas (higienização dos corpos e vigilância das condutas referentes à drogadição), o cristianismo (crença em um Deus salvador e fonte de prosperidade), a polícia (corporificação da violência em prol da manutenção da ordem e da proteção do cidadão de bem). Cálculos, procedimentos, planejamentos e intervenções são realizados para a adequação do corpo a norma, as pessoas são classificadas como aptas ou inaptas, adequados ou inadequados, vidas que são passíveis ou não de luto.

O trabalho arqueogenealógico se ocupa com uma ontologia do presente, em levantar questionamentos, produzir inquietudes, curtos-circuitos nos dispositivos de poder e cortes no campo discursivo, uma anti-ciência. Atentando-se as relações de saber-poder e a oposição aos efeitos centralizadores do poder, investe-se em uma Psicologia que esteja atenta aos agenciamentos e aos movimentos de singularização, em uma posição de desassossego a práticas institucionalizadoras. Os objetivos da pesquisa foram atingidos, uma vez que as estratégias de biopoder, a vida nua dos corpos em situação de rua e os modos de subjetivação e de resistência foram problematizados durante o estudo.

Ressalta-se que a pesquisa foucaultiana é eminentemente política, não se pretende sugerir diretrizes ou soluções, mas servir de instrumento para as lutas que seriam realizadas a partir de uma crítica historicizada. Problematizando-se das lutas locais e seus alvos de violência e da participando de combates a partir da experimentação da alteridade aos modos de subjetivação desviantes. Advoga-se em nome da estranheza e da diferença, compreendendo os binômios poder/resistência, norma/desvio, ordem/revolução.

Diante disso, compreendendo-se que os sujeitos em situação de rua perpassam experiências de violência e de sofrimento, mas também de subversidade e enfrentamento social. Esses homens e mulheres configuram modos de subjetivação desviantes que denunciam as contradições sociais existentes em sociedade, sendo fundamental prestar atenção as formas de aviltamento da dignidade humana e a constituição de uma multiplicidade de modos de subjetivação diante dos dispositivos de saber-poder e das técnicas de si.

Propõe o estranhamento de si como potência para a estética da existência, produzindo afrontamentos as estratégias de assujeitamento, desvelam-se sujeitos excluídos, rostos apagados e vozes silenciadas. Perante as técnicas de controle e higienização social para o extermínio da desordem, faz-se relevante o investimento em denúncias, rupturas e recusas, uma vez que o poder é vinculado à ação, recusar comportamentos normativos emperram os dispositivos. A desnaturalização do homem empresarial como verdade constituinte para a subjetivação é um modo de transformação e meio para encarar o estranho em si mesmo, irrompendo com novas formas de vida compromissadas com a indefinida liberdade.

Logo, sugere-se o desenvolvimento de outros trabalhos que reflitam sobre às marginalizações produzidas pelas estratégias de biopoder diante da égide neoliberal. Ademais, enfatiza-se a crença no deslocamento de forças como forma de resistência, na desestabilização dos mecanismos de poder e na abertura de novas práticas de liberdade. O papel do intelectual é o de lacerar uma rede de nós, fazer fissuras, fraturas, descontinuidades e aberturas a partir de linhas de fuga que permitam enfrentamentos e desterritorializações.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALMEIDA, D. C. **Paradigmas do Estado Moderno**: biopolítica, governamentalidade e ética em Giorgio Agamben. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n 2, p. 3-11, 2002.
- ARAÚJO, L. F. S.; DOLINA, J. V.; PETEAN, E.; MUSQUIM, C. A.; BELATTO, R. ; LUCIETTO, G. C. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 15, n.3, p. 53-61, 2013.
- ARAÚJO, P. L.; TAVARES, M. G. População em situação de rua: identidade social e a dialética da inclusão/exclusão. **Cadernos de Graduação**, Maceió, v. 2, n.3, p. 113-131, 2015.
- BARBOSA, A. R. **Vida nua**: biopolítica nagestão da população de rua. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (Orgs.) **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 25-58.
- BRANCO, G. C. **Michel Foucault**: filosofia e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BRASIL. **Política Nacional para a Inclusão de Pessoas em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. 2008. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/acoes\\_afirmativas/inclusaooutros/aa\\_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 2009, p.16-17.
- BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2011, 116 f.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, M. Representação política e enfrentamentos ao racismo. In: **Seminário Temático “Representação Política e Enfrentamentos ao Racismo”**, Salvador, 2013.

COSTA, H. S. A analítica do poder pastoral na genealogia das artes de governo em Foucault. **Amargosa**, Salvador, v. 18, n.2, p. 421-434, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, E.; DREYFUS, H.; DELEUZE, G. (Org.). **Michel Foucault: filósofo.** Barcelona: Gedisa, 1999.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** 2 ed. São Paulo: Graal, 2006.

FISCHER, R. M. B. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-289, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P (Orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006a.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos III: estética, literatura e pintura, música e cinema.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **Por uma vida não-fascista.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FURINI, L. A. População de rua. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 137-160.

GARCIA, C. Resistência a partir de Foucault. In: PASSOS, I. C. F. (Org.). **Poder, normalização e violência**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 109-118.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMBO, F. Uma arqueologia do mercado: Foucault e o neoliberalismo como dispositivo biopolítico. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 145-163, 2017.

GONZALEZ-REY, F. **Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

GUIMARÃES, A. G. C. **Religiosidade de moradores de rua da cidade de belo horizonte: uma via de subjetivação**. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

HOEPFNER, A. M. S. Vulnerabilidade e sofrimento: a proposta de intervenção na Gestalt-terapia. In: BELMINO, M. C. B. (Org.). **Gestalt-terapia e atenção psicossocial**. Fortaleza: Premius, 2015. p.174-186.

HUNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. E. Efeito Foucault: desacomodar a Psicologia. In: HUNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. E. (Orgs.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

LIMA, F. C.; SCHNEIDER, D. R. Características da atuação do psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 38, n.2, p. 347-362, 2018.

LOUIS, M. V. Diga-me: o que significa gênero? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.3, p. 711-724, 2006.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 7-34.

MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e compromisso social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 75-92.

MENDES, C. R. P.; HERR, J. F. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, 2014.

MÜLLER GRANZOTTO, M.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Clínicas gestálticas**: sentido ético, político e antropológico da teoria do self. São Paulo: Summus, 2012.

MUYLERT, C. J.; JÚNIOR SARUBBI, V.; FALLO, P. R.; ROLIM NETO, M. L.; REIS, A. O. A. Entrevistas narrativas: um recurso importante em pesquisa qualitativa. **Revista de Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n.2, p. 193-199, 2014.

NARDI, H. C.; SILVA, R. N. In: GUARESCHI, N. M. F.; HUNING, S. M.; FERREIRA, A. A. L. (Orgs.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 7-30.

NOGUEIRA, Fabiana da Glória Pinheiro. **Hóspedes incômodos**: estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OSKALA, J. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OSÓRIO, J. M. F. Ética e construção social da libertação latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia social para América Latina**: resgate da Psicologia da libertação. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2011, p. 65-84.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 67-86.

PRESTES, T. K. A. **A história do homo psicoativus**: uma análise arqueogenealógica da redução de danos. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlot: Claraluz, 2005.

REZIO, L. L. S.; FERNANDES, E. M. F. Direitos humanos e biopolítica: o olhar crítico de Michel Foucault. In: SOUSA, K. M.; PAIXÃO, H. P. (Orgs.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2015.

RODRIGUES, H. B. C. Para desencaminhar o presente psi: biografia, temporalidade e experiência em Michel Foucault. In: GUARESCHI, N. M. F.; HUNING, S. M.; FERREIRA, A. A. L. (Orgs.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 7-30.

ROSA, S. O. **A biopolítica e a vida “que se pode deixar morrer”**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

RUSSI, P. Legem Habemus: dispositivos de confissão. In: SOUSA, K. M.; PAIXÃO, H. P. (Orgs.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 31-42.

SANTIAGO, P. Foucault e o neo-higienismo contemporâneo. In: PASSOS, I. C. F. (Org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 53-62.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia e sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.

SLOAN, T. Globalização, pobreza e justiça social: papéis para os psicólogos. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: resgate da Psicologia da libertação**. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2011, p. 233-244.

SOUZA, J. C. O. **Corpo e política: cartografias da população em situação de rua**. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TORCATO, C. E. M.; RIBEIRO, T. M. Governamentalidades e usos de drogas no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n.1, p. 39-54, 2015.

VIEIRA, A. B.; FURINI, L. A.; NUNES, M.; LIBÓRIO, R. M. C. Exclusão social: a formação de um conceito. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 33-58.

XIMENES, V. M.; GÓIS, C. W. L. Psicologia comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R. S. L. (Orgs). **Psicologia e sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Editora Alínea, 2010, p. 45-63.